

5. Palavras de Mulheres - a resistência das “almas belas” ao silêncio sobre as violências dos “guerreiros justos”:

Nesse capítulo, apresentamos e analisamos discursos e práticas que surgem das experiências das mulheres organizadas nos espaços internacionais e na Colômbia. O objetivo da análise é situar as idéias sobre masculinidade e feminilidade em um contexto de resistência feminista aos padrões dominantes de gênero. Tal objetivo se justifica pela pouca visibilidade dada aos tipos de violência vivenciada pelas mulheres em contextos de conflito armado. Ou seja, a sistematização do conhecimento e das práticas das mulheres organizadas em favor da superação da cultura da violência é um passo importante na tarefa de compreender aspectos pouco visíveis do conflito colombiano. Assim, a apresentação dos discursos e propostas sobre segurança das mulheres tem três objetivos principais: 1) apresentar a agenda das mulheres organizadas para a segurança; 2) analisar os princípios, discursos e práticas sobre mulher e segurança oriundas de documentos internacionais e de mobilizações locais; e 3) discutir a relação entre respostas às inseguranças das mulheres geradas em diferentes níveis institucionais, que se comunicam e se constituem.

A análise dos dados será qualitativa¹⁴⁰. Ou seja, alguns discursos, campanhas e atos serão privilegiados por seu efeito simbólico na consolidação dos conceitos de segurança construídos pelas mulheres organizadas. No que concerne às organizações, enfatizamos a UNIFEM (por seu protagonismo na implementação da Resolução 1325); a “Iniciativa de Mujeres por la Paz”, ou IMP, (por sua presença nos espaços de negociação do conflito armado colombiano, em especial na Comissão Nacional de Reparação e Reconciliação); e a “Ruta Pacífica de Mujeres”, ou Ruta, (por sua crítica dos fundamentos culturais da legitimação da violência, em especial da militarização), mas não pretendemos por tanto esgotar as possibilidades geradas pelas organizações de

¹⁴⁰ Destacamos pontos relevantes para ilustrar o nosso argumento (a reprodução da violência por uma relação de poder entre protetores e protegidas) a partir de histórias e publicações específicas. As generalizações que realizamos são recuperadas dos relatórios da UNIFEM, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da “Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado”, que entendemos possuir uma metodologia para produção de conhecimento quantitativo superior a nossa. Dessa forma, sempre que recorrermos a alguma generalização de ordem quantitativa, estamos reproduzindo, de forma secundária, o trabalho das organizações nacionais e internacionais que documentam as violências contra as mulheres no contexto de conflito armado colombiano.

mulheres na resistência à violência na Colômbia. Entendemos os discursos e práticas desses atores institucionais como indissociáveis das histórias e experiências de vida concretas das mulheres colombianas. Portanto, incluímos as histórias contadas por mulheres¹⁴¹ que, organizadas ou não, constroem os discursos das mulheres pela paz, sintetizados nos documentos da UNIFEM, da IMP e da Ruta. Estabelecer a relação entre o discurso geral de cada organização e a “realidade” das mulheres colombianas (segundo elas mesmas) é fundamental para entender as limitações e possibilidades de superação da violência pela redefinição da identidade das mulheres na sociedade colombiana.

O ponto de partida do capítulo é a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. A descrição crítica do conteúdo da resolução tem por objetivo a apresentação de um momento fundamental do processo de visibilização das necessidades das mulheres nos espaços deliberativos internacionais. Discutimos, em seguida, o papel da UNIFEM como mediadora da relação entre os princípios internacionais em favor da segurança das mulheres e as necessidades locais das mulheres em áreas de conflito. Apresentamos, então, a “Iniciativa de Mujeres por la Paz” e suas ações em favor da representação das mulheres nos espaços de negociação do conflito armado. Por fim, a proposta da “Ruta Pacífica de Mujeres” na interpretação das narrativas e símbolos de constituição da violência é discutida. O objetivo central dessa análise é relacionar textos diferentes sobre as condições de promoção da segurança das mulheres. Para nós, a transformação da dimensão de gênero da cultura da violência pressupõe ir além da visibilização das violências específicas e da inclusão das mulheres nos espaços de poder. Todavia, esses dois passos são necessários para reconstituir a memória das mulheres sobre suas vivências no contexto do conflito armado. Nesse capítulo, nos propomos a apresentar esse movimento de ruptura com o silêncio sobre o lugar das mulheres na violência armada.

¹⁴¹ São histórias de mulheres que tivemos a oportunidade de ouvir por ocasião da nossa visita à Colômbia. Não é nosso objetivo provar a vulnerabilidade das mulheres a tipos específicos de violência. As leituras sobre as violências sofridas pelas mulheres no contexto do conflito armado decorrem do trabalho de documentação e análise das organizações estudadas e de elaboração das mulheres entrevistadas. Para nós, a auto-representação das mulheres em contextos de conflito é muito importante no sentido de entender as identidades que elas constroem para si mesmas. Essas identidades serão problematizadas no próximo capítulo.

5.1. A Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU:

Antes de discutir especificamente a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, que representa o documento de referência para as políticas internacionais de segurança das mulheres, é necessário ressaltar alguns pontos importantes. As normas internacionais, que dispõem sobre os direitos e garantias das mulheres, são resultado de um processo coletivo de incidência, proposição e articulação das organizações de mulheres nos espaços internacionais, processo este que se intensificou no decorrer dos anos 1990. A presença dos grupos de mulheres na ONU se dá desde a criação da organização, através da Comissão sobre a Situação da Mulher. Entretanto, a consolidação da participação feminina acontece com a chamada década das mulheres na ONU, quando ocorrem três conferências internacionais para discutir a condição da mulher no mundo (Cidade do México -1975, Copenhague -1980 e Nairobi -1985). Nesse período, também é criada a CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres), que ainda hoje se constitui em um documento fundamental para a promoção dos direitos das mulheres. Esses primeiros passos dados pelo movimento de mulheres na ONU são imprescindíveis para a consolidação das organizações de mulheres como atoras internacionais. “Participants at the women’s conferences have referred to these events as history’s largest consciousness-raising session, in the sense that participants discovered that their problems were not unique, but shared by women around the world” (Steans, 2006, p. 98).

É, contudo, na década de 1990 que a participação das mulheres nos fóruns internacionais se torna mais sistemática e efetiva. Dois fatores justificam essa mudança: a abertura do espaço da ONU para a sociedade civil nos temas sociais durante o ciclo social de conferências¹⁴² e o crescimento de um movimento global de mulheres tanto na quantidade de participantes quanto na qualidade da contribuição das mulheres para a construção dos consensos políticos internacionais. O salto qualitativo na participação das mulheres na ONU se dá especialmente por uma modificação na forma de incidência nos espaços internacionais. Durante a Guerra Fria, a agenda das mulheres na ONU

¹⁴² Destaquem-se as conferências sobre meio ambiente (Rio 1992), direitos humanos (Viena 1993), população e desenvolvimento (Cairo 1994) e direitos das mulheres (Beijing 1995).

esteve centrada na promoção da condição da mulher como um tema específico da política internacional. A partir especialmente da Conferência de Viena, em 1993, o movimento de mulheres desenvolve uma estratégia de transversalização da agenda política feminista aos temas prioritários da agenda internacional pós Guerra Fria. Ou seja, busca convencer os tomadores de decisão que a discriminação de gênero se exerce em diferentes espaços, inclusive nos procedimentos e nas prioridades políticas da própria ONU. A ferramenta utilizada para incluir pontos importantes em favor das mulheres nos documentos de referência para políticas de meio ambiente, direitos humanos, desenvolvimento e população é o conceito de gênero.

Conforme já discutido em um momento anterior desse trabalho, o conceito de gênero surge nos estudos feministas na década de 1970 como uma proposta de ruptura com a leitura biológica sobre a diferença sexual. Tal ruptura se dá pelo reconhecimento do caráter socialmente construído dos papéis políticos de homens e mulheres, bem como pela descrição das desigualdades de poder que constituem relações discriminatórias e excludentes em diversos espaços sociais. Embora nem todas as feministas assumam a categoria de gênero como ponto de partida, as organizações de mulheres que atuam no espaço da ONU buscam na transversalização da perspectiva de gênero a chave para dialogar com atores e assuntos cujos discursos e práticas de poder haviam tradicionalmente marginalizado as experiências das mulheres. A categoria de gênero representa as desigualdades entre homens e mulheres como resultado de significados culturais reproduzidos em diferentes espaços, inclusive nas relações internacionais. Assim, combater as desigualdades de gênero pressupõe questionar todos os temas que compõem as relações internacionais. As políticas de gênero não favorecem apenas as mulheres, mas contribuem para a construção de relações internacionais equitativas.

A legitimação da perspectiva de gênero sobre temas como desenvolvimento, meio ambiente e segurança se dá com a Plataforma de Ação da Conferência das Nações Unidas, que teve lugar em de Beijing em 1995, sobre direitos das mulheres. Esse documento, além de consolidar as contribuições das Conferências de Viena (que reconhece a especificidade das violações de direitos humanos contra as mulheres) e da Conferência do Cairo (que reconhece a necessidade de condicionar as políticas de desenvolvimento

aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres), avança na proposta de tornar visíveis os impactos específicos das desigualdades de poder na vida das mulheres. Todavia, ainda que os Estados membros reconheçam a importância desse documento e se proponham a internalizá-lo, o impacto dos estudos e propostas de gênero na “alta política” (em especial nos temas de segurança) permanece residual até o final da década de 1990. As diversas formas de violência contra as mulheres, documentadas e reconhecidas no espaço da ONU, ainda eram lidas e respondidas como problemas independentes ou periféricos dos assuntos de guerra e paz. Nesse contexto, o trabalho de incidência das organizações de mulheres, apoiadas pela UNIFEM, é fundamental para argumentar e sustentar a necessidade de levar a violência de gênero aos painéis de discussão dos órgãos mais poderosos da ONU. Esse trabalho resulta na Resolução 1325 de 2000, que se torna a principal referência das políticas de segurança em favor das mulheres.

Women’s political activism at the United Nations has fostered a greater awareness of the specific kinds of violence that women suffer both in times of war and in post-conflict situations. Women groups and feminist movements have made significant progress in elevating violence against women to a global issue (...). During the period 1998-9, the sections of the Beijing Platform of Action dealing with violence against women in post-conflict situations began to be implemented and the Special Committee on Peacekeeping Operations took on board the requirement to mainstream a gender perspective into all activities and strategies concerning conflict prevention, conflict resolution and peacekeeping. Recent UN initiatives spurred by Security Council Resolution 1325 along with the Secretary-General’s Report on “Women, Peace and Security” have led to concrete measures to eliminate violence against women, including a detailed review of the impact of armed conflict on women and girls, suggesting that there is now a growing awareness at least of the particular problems that women face in both conflict and post-conflict situations (Steans, 2006, p. 72-73).

De acordo com Cynthia Enloe, o conceito de segurança nacional, referência das políticas de segurança durante a Guerra-Fria, assume o modelo de masculinidade racional e militarizada. Tal modelo concebe as mulheres como invisíveis, como vítimas passivas ou como objetos, mas nunca como sujeitas das políticas de segurança (Enloe, 2007, p. 41). Um dos exemplos dessa visão militarizada de políticas de segurança, que toma o corpo das mulheres como objeto de controle e repressão, é o debate acerca do controle populacional. “In Third World, postcolonial societies in the 1960s to 1990s threats to national (state) security also could include those women who were having ‘too many’

children(...). Women were portrayed as being a threat” (Enloe, 2007, p.41). A Conferência do Cairo, em 1994, modifica a visão sobre o papel das mulheres dos países em desenvolvimento nas políticas de segurança. A proposta das organizações de mulheres de mudar o tema da Conferência de Cairo de controle populacional para população e desenvolvimento inaugura uma nova abordagem de segurança internacional.

Na visão de Enloe (2007), o consenso de Cairo é um passo fundamental para a legitimação do conceito de segurança humana no espaço da ONU.¹⁴³ De acordo com esse conceito, as ameaças internacionais não decorrem exclusivamente de conflitos materiais, objetivamente delimitados, entre Estados militarmente capazes, mas principalmente a partir das relações interpessoais. Tais relações são mediadas por dinâmicas de poder que negam a uma parcela grande da população mundial o acesso equitativo a recursos materiais e cognitivos. A contribuição das organizações das mulheres a esse debate é o questionamento de uma visão que associa natalidade, pobreza e violência. As mulheres presentes em Cairo afirmam a não negociação de seus direitos sexuais e reprodutivos. Reclamam o respeito a seus direitos humanos, rejeitando o condicionamento dos seus corpos a medidas de controle populacional.

Nonetheless, after the Cairo conference, the international security discourse on population changed. It was no longer taken for granted that women’s fertility could be reduced to a security issue for states, and more women concerned about the lives of women were actively engaged in the designing of health and economic, as well as environmental and foreign policy, research and the crafting of the policies often flowing from this research (Enloe, 2007, p. 42).

A Resolução 1325 é resultado desse processo iniciado em Cairo, em que as mulheres se afirmam como autoras das políticas de segurança, buscando garantir voz nos espaços de tomada de decisão (Enloe, 2007, p.40). Dispostas a tornar a perspectiva de gênero uma dimensão fundamental da compreensão da segurança internacional, as organizações de mulheres promovem (com o apoio da Secretariado Geral e das Presidências rotativas da Namíbia e de Bangladesh do Conselho de Segurança) a formulação de um documento específico sobre mulheres, paz e segurança, ratificando o consenso de Beijing sobre o impacto

¹⁴³Reconhecido no relatório do PNUD, em 1994. Tal proposta entende que o indivíduo, na sua condição de pessoa humana, deva ser o principal referencial e a dignidade humana o fim das políticas de segurança internacional.

dos conflitos armados na vida das mulheres. Essa Resolução é de fato um marco na legitimação das experiências das mulheres como assuntos de segurança internacional, modificando a linguagem exclusivamente vitimizadora das abordagens tradicionais sobre os efeitos das guerras e conflitos armados na vida das mulheres (Moura, 2005, p.70). De um lugar desprovido de agência sobre os temas de segurança (os relatórios sobre os impactos das guerras em mulheres e crianças), as mulheres são alçadas à categoria de atoras políticas e promotoras da paz e segurança internacionais:

In October 2000, delegates to the UN Security Council passed a resolution specifically addressing the condition of women. Resolution 1325 called on all UN agencies and the officials of all the 184 UN member states to do two things they had neglected or resisted doing. First, Security Council Resolution 1325 called on both staff members of all UN agencies, as well as officials of all UN member governments, to pay explicit attention to the conditions and experiences and needs of women in war zones (...). Second, Resolution 1325 called on UN governments agencies to make sure that women, especially in local women's organizations, had a voice in decision making at every step of the peace process (...) Under Resolution 1325, women, including those victimized by warring parties, should be treated as political players (Enloe, 2007, p. 129-130).

A Resolução 1325 reconhece o contínuo de violências ao qual as mulheres estão expostas tanto em tempos de paz quanto em períodos de guerra: violência doméstica; exploração, abuso e humilhação sexuais; seqüestro; deslocamento forçado; abandono; falta de acesso a recursos e serviços básicos, principalmente. Ao destacar esses tipos específicos de violações dos direitos humanos das mulheres, o Conselho de Segurança desloca o foco dos atores tradicionais de segurança para as experiências das mulheres, indicando a necessidade de protegê-las e incluí-las nos processos de tomada de decisão sobre conflitos armados e segurança internacional (Rehn & Johnson Sirleaf, 2002, p.1). O ponto fundamental dessa resolução é a ênfase no acesso das mulheres ao poder político e econômico, fazendo-se representar em todos os níveis de tomada de decisão nas fases de prevenção, gestão e solução dos conflitos armados.

Tal proposta significa assegurar a participação das mulheres nas mesas de discussão, mas principalmente permitir que dados e análises sobre os conflitos armados, gerados pelas interações entre as mulheres, alcancem os relatórios internacionais e sejam condições para a elaboração de políticas de segurança. Um dos pilares da Resolução 1325 é a produção de conhecimento

especializado que possa servir como referência para a formação de pessoal civil e militar envolvido nas operações e missões de paz, bem como a produção de relatórios que incluam a perspectiva de gênero. Conforme declara o próprio Conselho de Segurança, 77% dos relatórios de monitoramento do órgão desconsideram por completo ou apenas incluem marginalmente os impactos específicos de gênero.¹⁴⁴ Tal constatação tem implicações no tipo de intervenção internacional concebida para lidar com situações de violência política, comprometendo a capacidade de superação das inseguranças vivenciadas pelas mulheres.

A Resolução 1325 destaca, ainda, a importância de fortalecer as organizações locais no processo de construção da paz¹⁴⁵. Esse ponto tem sido privilegiado no processo de implementação da Resolução, considerando que os esforços das mulheres pela paz se fazem presentes nas zonas de conflito armado. As mulheres organizadas criam estratégias e iniciativas de proteção para defenderem os direitos humanos das mulheres em situação de conflito. Todavia, a maior parte dessas iniciativas locais de resistência à guerra não alcança visibilidade política e recursos materiais para que sua voz ecoe nos espaços de tomada de decisão. As práticas de mulheres em contextos de guerra ainda são percebidas como meras atitudes de cuidado e proteção dos seus, e não como ações políticas de resistência a uma cultura de guerra. Portanto, na visão da UNIFEM, principal responsável pela implementação global da Resolução 1325, a chave para uma política de segurança que contemple a equidade de gênero é o fortalecimento¹⁴⁶ das organizações locais de mulheres:

No podemos esperar que las mujeres realicen todo esto solas; es necesario reconocer, valorar y apoyar sus esfuerzos. Para establecer la paz y reconstruir sus países las mujeres requieren recursos, habilidades y poder. A pesar del trabajo que han realizado en terreno, no participan de la mesa de la paz cuando las partes en conflicto se sientan a negociar. No se sanciona a los responsables de los tremendos crímenes cometidos contra las mujeres. Si bien ellas alimentan a sus familias y dan cobijo a los huérfanos, en algunos países se les niega el derecho a heredar propiedades o ser dueñas de sus propias

¹⁴⁴Dados obtidos da versão anotada da Resolução 1325, preparada pela UNIFEM (no âmbito do Programa “Paz e Segurança” na Colômbia).

¹⁴⁵“*Expresses* its willingness to ensure that Security Council missions take into account gender considerations and the rights of women, including through consultation with local and international women's groups” (Resolução 1325, 2000, item 15).

¹⁴⁶ Aqui o termo é usado como correspondente de “empowerment”.

tierras para cultivar. Los programas de las agencias internacionales no se prevén un apoyo sistemático para las necesidades y el trabajo de las mujeres. Sus derechos no están contemplados en las constituciones o protegidos por la legislación. Esto debe cambiar; los esfuerzos de las mujeres en los procesos de paz y reconstrucción deben ser apoyados, no sólo porque es lo correcto, sino porque la mayoría de las naciones devastadas por los conflictos necesitan de la fortaleza de las mujeres. Son ellas quienes mantienen unidas a las familias y comunidades durante los peores momentos de los enfrentamientos, aun cuando escapan de las milicias. Ellas conservan un considerable grado de estabilidad en los momentos de caos y durante los desplazamientos. Ahora, mientras se negocian los acuerdos de paz y los países son reconstruidos, es necesario reconocer tales contribuciones (Heyzer, 2002).

A Resolução 1325 representa uma conquista do movimento de mulheres na incidência sobre os temas de segurança internacional. O texto da resolução significa um salto qualitativo na linguagem sobre direitos das mulheres em contextos de guerra e conflitos armados, especialmente pelo reconhecimento da agência das mulheres enquanto ator coletivo de segurança internacional. Entretanto, sua implementação ainda encontra muitos obstáculos, explícitos e implícitos. O reconhecimento formal dos impactos dos conflitos armados na vida das mulheres não representa uma automática transformação dos papéis de gênero constitutivos das idéias e das práticas tradicionais de segurança, que assumem as relações entre masculino e feminino como assuntos de segunda ordem. Ou seja, há um passo longo e difícil na tarefa de traduzir o discurso consolidado no documento do Conselho de Segurança em padrões diferentes para as relações entre os diversos sujeitos envolvidos nas decisões, missões e operações de paz. De acordo com Enloe (2007), a maioria o pessoal envolvido em missões de paz (civil e militar) desconhece a Resolução 1325¹⁴⁷. Do mesmo modo, os discursos internacionais sobre operações em áreas de grande visibilidade, como Iraque e Afeganistão, não fazem qualquer referência aos pontos fundamentais da resolução (Enloe, 2007, p.133). O caráter não vinculativo da resolução é mais uma dificuldade que enfrentam as organizações

¹⁴⁷ A autora constata a falta de comprometimento do pessoal envolvido nas missões de paz com a aplicação da Resolução 1325 a partir do depoimento de Nadine Puechguirbal, que trabalhou como “conselheira de gênero” nas missões de paz da ONU no Haiti e no Congo. A funcionária da ONU relata a relutância dos oficiais militares nas operações de paz em incorporar as necessidades das mulheres às ações pela paz. Ela destaca dois argumentos que justificam esse cenário: a idéia de que a construção da paz envolve questões mais importantes que as de gênero e a visão de que a proteção das mulheres se dá automaticamente pela ação e pensamento dos homens (Enloe, 2007, p.132-133)

de mulheres para tornar o documento mais que uma carta de boas intenções para acalmar a pressão dos grupos de mulheres na ONU.

5.2. A UNIFEM e o Mandato da Resolução 1325:

O Fundo das Nações Unidas para Desenvolvimento das Mulheres (UNIFEM) é criado em 1976, por ocasião da chamada década das mulheres na ONU¹⁴⁸. Os recursos da organização são provenientes de contribuições voluntárias dos governos membros, de fundações, empresas, organizações e indivíduos comprometidos com a transformação das relações de gênero¹⁴⁹. Tais recursos têm a finalidade de promover assistência técnica e financeira a programas e estratégias de fortalecimento da participação política das mulheres, contribuindo para a superação das desigualdades de gênero (www.unifem.org). Desde o final da Guerra Fria, a UNIFEM pretende ser um canal que liga as organizações de mulheres (que atuam no nível local, regional e global) a uma agenda internacional mais ampla, legitimada no espaço da ONU. Assim, a UNIFEM se constitui na principal interlocutora das organizações de mulheres, abrindo espaço para a visibilização de uma agenda feminista nos debates políticos internacionais. Na área de segurança, a UNIFEM tem apoiado, através de seus escritórios regionais, programas locais de incidência das organizações de mulheres em contextos de conflito armado, bem como aproximado a agenda das mulheres dos programas e organismos da ONU para desenvolvimento e segurança. Desde a aprovação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança, a UNIFEM assume o mandato de implementação da referida resolução:

While women are often the first victims of armed conflict, they must also be recognized as part of its resolution. Within the framework of Security Council resolution 1325, attempts are being made in the UN to develop a more systematic approach to consulting with and involving women in conflict and post-conflict societies, in all stages and at all levels of the peace and reconstruction process. The participation of women in peace-making, peace-keeping, and peace-building ensures that their experiences, priorities, and solutions contribute towards stability and inclusive governance. The rebuilding process must address all forms of injustice embedded in conflict and must restore all dimensions of justice - legal, restorative and distributive - from a gender perspective. Impunity for crimes committed against women weakens the foundations of societies emerging from conflict by legitimizing

¹⁴⁸Período que vai de 1975 a 1985.

¹⁴⁹Para a UNIFEM, a igualdade de gênero implica na necessidade de fortalecer as mulheres politicamente para que assim elas possam ser incluídas em instâncias tradicionais de poder, transformando sua condição histórica de marginalidade política (www.unifem.org).

violence and inequality, and exposes women and the larger community to the threat of renewed conflict. During the transition to peace, a unique window of opportunity exists to put in place a gender responsive framework for a country's reconstruction. The involvement of women in peace-building and reconstruction is in fact a key part of the process of inclusion and democracy that can contribute to a lasting peace (Heyzer, 2004).

A UNIFEM tem privilegiado duas linhas de trabalho na tarefa de implementar a Resolução 1325. A primeira diz respeito à necessidade de documentar os impactos específicos dos conflitos armados na vida das mulheres. Concretamente, a UNIFEM financia o trabalho de especialistas (acadêmicas, políticas e ativistas) na produção de boletins independentes ou “relatórios sombras”¹⁵⁰ sobre a condição das mulheres em áreas de conflito. Tais informações servem como instrumentos de incidência da UNIFEM sobre as ações das demais agências da ONU. De acordo com Catalina Buitrago¹⁵¹, “falta muito para perceber que o conflito afeta as mulheres de maneira diferente. Por exemplo, a Resolução 1612¹⁵² conta com equipe especial de relatórios, financiamento próprio. Já para Resolução 1325, faltam mecanismos de implementação”. A UNIFEM é uma agência com pequena participação no orçamento da ONU (em especial nas questões de segurança). Assim, a estratégia do órgão tem sido investir na produção de conhecimento e na sistematização de informações para sensibilizar as demais agências que atuam em zonas de conflito¹⁵³ de que as violências perpetradas contra as mulheres são obstáculos fundamentais para a construção da paz sustentável e equitativa. Um exemplo dessa estratégia é o relatório independente, intitulado “Mujeres, Guerra y Paz”, produzido por Elisabeth Rehn e Ellen Johnson Sirleaf, como parte do projeto coordenado pela UNIFEM “El Progreso de las Mujeres en el Mundo 2002”. Nesse trabalho, as autoras realizam um estudo detalhado dos impactos dos

¹⁵⁰“Shadow Reports”

¹⁵¹Coordenadora do Projeto “Paz y Seguridad” no escritório de Bogotá, da UNIFEM Andina, em entrevista concedida em agosto de 2008.

¹⁵²Resolução 1612/2005, do Conselho de Segurança, sobre crianças afetadas pelos conflitos armados.

¹⁵³ PNUD (Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento), UNFPA (Fundo das Nações Unidas para População), ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) e UNICEF (Fundo das Nações Unidas para Infância), principalmente.

conflitos armados na vida das mulheres e do papel dessas na construção da paz em quatorze zonas de conflito violento¹⁵⁴:

En todas estas áreas observamos como la militarización de la sociedad genera nuevos niveles de violencia y de qué manera la impunidad de estos crímenes adquiere características endémicas. Observamos un continuo de violencia que destroza la vida de las mujeres antes, durante y después de los enfrentamientos. (...). Las mujeres no reciben lo que necesitan en situaciones de emergencia, tampoco para su labor en pos del desarrollo, los procesos de paz y la reconstrucción. (...). En todos los niveles – desde el local hasta el apoyo internacional – las organizaciones de mujeres continúan sin recibir reconocimiento y el apoyo suficientes. En síntesis, las mujeres y sus organizaciones necesitan mayores recursos (Rehn & Johnson Sirleaf, 2002, p. 1-2).

O relatório aponta as formas concretas de realização da violência contra as mulheres, bem como torna claro o nexos entre essas formas de violência e os confrontos bélicos assumidos como prioridades das ações internacionais. O relatório destaca que “el cuerpo de las mujeres se ha transformado en un campo de batalla sobre el que combaten las fuerzas opositoras” (Rehn & Johnson Sirleaf, 2002, p. 8). E mais importante, que essas batalhas são travadas em tempos assumidos como de guerra, mas também em momentos definidos como paz. A violência sexual, o tráfico de mulheres, a escravidão sexual e a violência doméstica são práticas que decorrem da visão do corpo da mulher como território de realização dos desejos e necessidades masculinas. Dentro dessa lógica, o relatório analisa o deslocamento forçado¹⁵⁵. Os homens constituem a maioria das vítimas de execução, desaparecimento e recrutamento forçado em zonas de conflito. Pelo papel culturalmente estabelecido, às mulheres cabe a tarefa de cuidar para que os homens e meninos sob seu cuidado não sofram os efeitos do confronto armado (Rehn & Johnson Sirleaf, 2002, p. 11). A estratégia de deslocar-se para proteger sua família dos abusos e violências dos grupos armados é percebida pela maioria das mulheres como única solução diante de um contexto de confronto, que muitas vezes incluem as forças de segurança do Estado (Osorio Pérez, 1993, p.18). Em outras

¹⁵⁴ Bósnia Herzegovina, Camboja, **Colômbia**, República Democrática do Congo, Timor Oriental, Macedônia, República Federal da Iugoslávia e Kosovo, Guiné, Israel, Libéria, Palestina, Ruanda, Serra Leoa e Somália.

¹⁵⁵ De acordo com dados da Agência Presidencial para Ação Social e Cooperação Internacional, ligada ao governo colombiana (Acción Social) e a Consultoria para os Direitos Humanos y o Deslocamento (CODHES), as mulheres constituem a maior parte da população deslocada. Os dados variam pelo sistema de registro da população deslocada. Para acesso aos dados, <www.accionsocial.gov.co/Estadisticas> e <www.codhes.org>.

circunstâncias, as mulheres e crianças são forçadas a se deslocarem após a morte de um marido e/ou filho, abandonando seu espaço e seus objetos pessoais, por serem ameaçadas pelos grupos que controlam o território. De todo modo, o deslocamento significa não apenas o fato de mudar de espaço e de abandonar bens materiais, mas um processo de reconstrução de identidade em que as mulheres devem reavaliar expectativas, buscar novas formas de subsistência e de reconhecimento social. As mulheres, nesse contexto, são em regra abandonadas e invisibilizadas pelos formuladores de políticas segurança:

Me toco desplazarme porque se me iban a llevar los hijos para la guerra. Entonces me dio los pasajes para que yo me viniera y me trajera a los hijos que se iban a alistar para la guerra. Mi hijo me apoyó; él me dio los pasajes para que yo me viniera para que los muchachos no fueran a la guerra; fui muy discriminada puesto que en muchas partes los vecinos pensaban de que yo traía esos hijos, pues quizás eran guerrilleros, paramilitares o ladrones, o quizás todos éramos guerrilleros; yo me sentí muy discriminada; la vida mía era cerrada; y lloraba (...). A la verdad en un desplazamiento uno siente rabia, siente aburrimiento; se siente enfermo, siente tristeza; siente odio; la cuestión es que uno se desplaza y uno se siente muy raro; entonces yo me iba a dormir y yo no salía para ninguna parte, yo pues amistades no tenía (Mujeres Creativas con Esperanza, 2007)¹⁵⁶.

Essa função social de cuidado para com os que compõem o núcleo familiar dificulta, em tempos de paz e principalmente em momentos de guerra, o acesso das mulheres aos instrumentos de saúde reprodutiva, sexual e psicológica (CIDH, 2006, p.11). Em tempos de escassez de recursos de alimentação, saúde e educação, as mulheres tradicionalmente sacrificam sua subsistência e bem-estar em favor dos demais componentes do núcleo familiar (Observatório de los Derechos Humanos de las Mujeres, 2003, p.76). E quando não podem cumprir o que entendem ser seu papel de cuidado enfrentam efeitos psicológicos perversos como culpa, remorso e depressão. Três cenários, interdependentes, dificultam o acesso das mulheres a serviços básicos: os efeitos destrutivos do conflito armado, as políticas que condicionam a paz à abertura de mercado e a redução da responsabilidade do Estado com o bem-estar social.

Por otra parte, las responsabilidades de los cuidados que las mujeres brindan a otras personas no cambian con la guerra; aún en situaciones de conflicto armado intentan proteger y atender a sus hijos y los ancianos, brindar apoyo a sus esposos, hermanos y padres. Esta responsabilidad de cuidados se encuentra tan arraigada que incluso en las condiciones más desesperantes las mujeres intentan cuidar a todos los que las rodean. Durante nuestras visitas, las mujeres contaron la desesperación que sintieron cuando observaban cómo

¹⁵⁶ Entrevista realizada em setembro de 2007.

sufrían o morían sus seres queridos, cuando sus hijos eran abusados o padecían hambre, o cuando tuvieron que dejar atrás a sus mayores en su huída para salvar sus vidas. La culpa y el desamparo que sintieron, y que aún sienten, es para ellas una carga casi insoportable (Rehn & Johnson Sirleaf, 2002, p. 14).

Mais um efeito dessa construção cultural das mulheres como atoras de cuidado é a visão dessas como inerentemente pacíficas. Tal atributo é entendido como a antítese do comportamento masculino naturalmente agressivo e violento. Esse papel cultural é um dos efeitos da relação entre “guerreiros justos” e “almas belas” Concepções essencialistas sobre homens guerreiros e mulheres pacíficas despolitizam as ações em favor da paz por parte das organizações de mulheres. As práticas e experiências das mulheres contra a guerra e pela paz são tomadas como expressões emocionais, decorrentes de experiências afetivas e não de uma análise “racional” de questionamento da guerra e de seus fundamentos políticos. Por tanto, o trabalho de muitas mulheres, embora seja fundamental para garantir as condições para o estabelecimento de relações sociais não violentas, raramente é valorizado e considerado nos compromissos políticos negociados pelos atores de segurança:

El liderazgo de las mujeres es más visible en sus comunidades; es allí donde se organizan para poner fin a los conflictos y desarrollar destrezas para la edificación de la paz y la reconstrucción. El trabajo de las organizaciones de mujeres de base generalmente constituye el precedente para el trabajo subregional e internacional. Aún así, las mujeres casi nunca son incluidas en las negociaciones formales, ya sea como integrantes de partidos políticos, de la sociedad civil o de otros grupos de interés; tampoco tienen suficiente representación en los gobiernos que se constituyen después de los conflictos (Rehn & Johnson Sirleaf, 2002, p. 22).

De acordo com o relatório, a transformação desse cenário passa principalmente pela formação e capacitação de todos os agentes envolvidos na construção da paz e na prevenção dos conflitos violentos. “Requiere la integración programática del género en todos los elementos de las distintas actividades, a través de los diversos ‘pilares’ de la gobernabilidad y los esfuerzos humanitarios” (Rehn & Johnson Sirleaf, 2002, p. 19). Ou seja, demanda que a perspectiva de gênero seja transversal a todos os esforços de paz, em especial às missões e operações de paz da ONU. Assim, não se trata apenas de delegar algum espaço e tempo do pessoal envolvido na construção da paz às questões das mulheres em contextos de guerra, mas entender de que maneira a estrutura desigual de gênero presente nas políticas de segurança

afetam as escolhas políticas que continuam a privilegiar a violência como linguagem política. A construção da paz a partir de relações de gênero que não assumam a militarização como a única possibilidade de pensar a segurança envolve a redefinição do pensamento e das práticas cotidianas em todos os níveis institucionais:

Demilitarization efforts in so many countries – both developed and developing both war-torn and war-waging – have been resisted by those individuals and groups who have realized – even if they do not say it out loud – that pushing a demilitarization process beyond tokenism would require dismantling patriarchal structures, not only in the public realm, but in the private sphere as well. Genuine, lasting, and, thoroughgoing demilitarization, in other words, would have to alter the relationship between women and women, between women and men, between men and men, and between women and men and all the influential institutions of society – schools, legislatures, religious organizations, corporations, the media, the military, the offices of prime ministers and presidents (Enloe, 2007, p.135).

A Colômbia é um dos espaços em que a UNIFEM tem investido na implementação da Resolução 1325 (www.unifem.org). Especialmente no âmbito do programa “Paz y Seguridad”¹⁵⁷, a agência vem desenvolvendo, em parceria com organizações de mulheres na Colômbia, projetos com o objetivo de fortalecer a participação das mulheres nas propostas de negociação entre as partes em conflito. De acordo com Carmem de la Cruz (2007), a Colômbia é o país mais emblemático no capítulo latino-americano do Programa “Paz y Seguridad”¹⁵⁸. Uma das linhas de trabalho do programa na Colômbia é a visibilização do conflito e os impactos de gênero através da produção de análises, de estatísticas e indicadores sobre o tema. Esse é o objetivo principal da publicação “Las Mujeres Colombianas en Busca de la Paz – una aproximación a sus iniciativas y propuestas”, que propõe uma leitura de gênero do conflito armado colombiano, dividida em três partes: contexto, impacto do conflito sobre as mulheres colombianas e as iniciativas das mulheres pela paz.

Asumiendo el mandato de la Resolución 1325, el Programa de Paz y Seguridad de UNIFEM en Colombia se propuso a través de una consultoría, la elaboración y publicación de este documento que pretende visibilizar cómo las mujeres colombianas se están viendo afectadas por el conflicto desde una mirada de género, así como recoger algunas valiosas iniciativas que éstas han

¹⁵⁷“El programa ‘Paz y Seguridad’ en Colombia forma parte de una iniciativa regional de UNIFEM, destinada a constituir un grupo de mujeres líderes por la paz en Colombia, Haití y América Central que promuevan y defiendan los derechos de las mujeres, y de las desplazadas y refugiadas en particular” (www.unifem.org).

¹⁵⁸ Ex-coordenadora do escritório da UNIFEM em Bogotá, em entrevista concedida em janeiro de 2007.

promovido a nivel local, regional y nacional para la negociación política del conflicto y la búsqueda de la paz (UNIFEM-Andina, 2004, p. 5).

De acordo com o documento da UNIFEM, as mulheres são em sua maioria vítimas do conflito armado, mas também contribuem para a violência armada e se organizam (em especial a partir da década de 1990) em favor de uma solução negociada para o conflito e a construção da paz com justiça social (UNIFEM-Andina, 2004, p.7). O documento também aponta o deslocamento forçado como a principal tragédia humanitária do conflito armado colombiano. As múltiplas violências levam à migração do campo para as cidades, e também de um bairro a outro dentro das cidades, como forma de escapar da perseguição dos grupos armados que dominam os territórios de guerra (Osorio Pérez, 1993, p.20). Para além da violência direta de terem que se deslocar para um novo local, deixando os vínculos sociais e materiais construídos, as deslocadas enfrentam violências econômicas por serem vistas com hostilidade e desconfiança nos lugares de chegada. São percebidas como não pertencentes ao lugar, encontrando muitas dificuldades em se estabelecer e desenvolver uma atividade que lhes garanta sobreviver. Vivem em assentamentos de deslocados em que são oferecidas precárias condições sanitárias, habitacionais e de saúde (Moreno Bedoya, 2002, p.116). Estima-se atualmente que mais de dois milhões de pessoas¹⁵⁹ (na sua maioria mulheres e crianças) encontre-se em situação de deslocamento na Colômbia e que os mecanismos de proteção dessas pessoas sejam insuficientes, inadequados e não priorizados nas políticas públicas de segurança. A principal dificuldade encontrada por essas mulheres diz respeito à garantia de meios de subsistência próprios e para sua família em um contexto centrado na competição e na eficiência de mercado. A maioria se desloca do campo para a cidade tendo tido pouco ou nenhum acesso à educação e formação profissional (Observatório de los Derechos Humanos de las Mujeres, 2003, p.78). Ao chegar às cidades, encontram muitos obstáculos para conseguir um

¹⁵⁹ Os dados variam de acordo com a fonte. Esse número é apontado com base nos dados divulgados pela agência governamental que se ocupa do registro de população deslocada na Colômbia conhecida como “Acción Social”, antiga “Red de Solidariedad Social”, que registra 2.387.538 deslocados em janeiro de 2008 (www.accionsocial.gov.co/Estadisticas). Ressalte-se que todos os órgãos que trabalham com população deslocada na Colômbia afirmam que esse número se encontra subdimensionado, uma vez que a população deslocada enfrenta muitos obstáculos para se fazer visível frente às autoridades nacionais e internacionais: medo, falta de informação, burocracia, falta de recursos para aceder ao sistema de ajuda, entre outras dificuldades.

trabalho que lhes permita viver dignamente. Em seus esforços para sobreviver, as mulheres e deslocados em geral fazem o que chamam de “recorrido”, ou seja, percorrem os mercados e lojas do bairro em busca de doações que possam suprir suas necessidades mais imediatas de alimentação. Tal prática, conforme nos conta uma mulher deslocada com quem conversamos em Medellín, afronta a dignidade das deslocadas:

La situación mía era muy desesperada porque yo estaba enseñada a trabajar; porque yo a mis hijos los levante trabajando. Yo no tenía ni para comprar un huevo, un plátano, una gallina ni el trigo, ni el maíz, ni la panela. Yo ahí me ponía a pensar en la situación que para mí era bastante crítica. Pero en ese tiempo lo que teníamos, arroz, lentejas, panelas llena de gofos, frijoles llenos de gorgojos que no se cocinaban nunca. Mejor dicho, comida en malas condiciones. Yo me la comía porque el hambre nos vencía a uno; no nos daban ni una papa; llegamos a juntar unas moneditas; llegamos a comprar jamón, pero uno se cansaba de comer esas lentejas; de todas maneras el sufrimiento es mucho; para una persona cuando llega; ahora gracias a Dios que nos dan leche, enlatados, galletas; antes, no nos dieron nada de eso. Nos daban unas colchonetas que llegábamos y uno las tendía, y el frío le entraba a uno por la trasera. Yo me acostaba y era un cuartito así para yo dormir y a mí me tocaba meterme al medio de esos muchachos y cuando se levantaban era con ese frío tan impresionante que yo me enroscaba con una cobija (Mujeres Creativas con Esperanza, 2007)¹⁶⁰.

O documento da UNIFEM destaca as dificuldades de construção da paz na Colômbia com base em dois cenários desenhados a partir dos anos 2000. O primeiro diz respeito à política econômica adotada pelo Estado colombiano desde a década de 1990. Tal política privilegia os gastos militares e o pagamento da dívida pública em detrimento dos serviços básicos de educação, saúde, planejamento familiar, água, saneamento e educação (UNIFEM-Andina, 2004, p. 13). O segundo aspecto apontado pelo documento é o período de governo de Uribe Vélez. As políticas governamentais intensificam a militarização da vida civil e mesmo negam a existência de um conflito político na Colômbia (UNIFEM-Andina, 2004, p.15). Por outro lado, os grupos armados (FARC, ELN e AUC) utilizam meios cada vez mais violentos contra a população desarmada como uma estratégia de deslegitimação da política de segurança do governo.

Nesse contexto, as mulheres têm seus corpos utilizados como campo de guerra. Muitas vezes os atores armados se aproveitam das habilidades femininas ligadas ao cuidado (limpeza, preparação de alimentos, costura) para recrutá-las.

¹⁶⁰ Entrevista em setembro de 2007.

Outras vezes, as mulheres escolhem participar do grupo armado, empunhando armas, como forma de proteção, rompendo com os papéis femininos tradicionais. Nesse caso, relatos de mulheres combatentes demonstram que elas, não obstante o discurso de igualdade dos grupos armados, continuam a ter suas posições definidas pelos estereótipos de gênero constitutivos da hierarquia militar. Algumas mulheres são recrutadas com o uso explícito da força. Outras, a maioria, adotam o discurso da necessidade econômica, política ou de segurança (Salazar, 2003, p.49). Muitas remetem sua escolha a vínculos afetivos com os atores armados. Algumas afirmam a afinidade ideológica com o projeto de luta armada. Em todos os casos, a “realidade” da luta armada confronta as expectativas sociais construídas por essas mulheres e gera uma confusão sobre o lugar delas no espaço social em que vivem.

Na posição de vítimas do conflito armado, as mulheres, de acordo com a publicação da UNIFEM, são afetadas principalmente de duas formas: sexualmente e politicamente. A violência sexual é exercida para afrontar o inimigo militar na sua função de proteção das mulheres, mas também como violência direta contra a integridade física das mulheres. A violência contra a organização política das mulheres é sistemática e usada como uma estratégia para enfraquecer as formas de identidade alternativas à luta armada (Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado, 2006, p.20). O efeito perverso desse tipo de violência política é a legitimação de uma cultura do medo, em que as pessoas se sentem impotentes diante das formas de violência realizadas pelos atores armados e se silenciam sobre os abusos que presenciam e vivenciam (Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado, 2004, p.95). Diante desse contexto, e como forma de resistir à individualização dos efeitos do conflito na vida das mulheres, a UNIFEM vem também investindo na linha de fortalecimento das iniciativas de mulheres pela paz. Acreditando e difundindo a idéia de que as mulheres organizadas têm uma contribuição importante para a construção da paz sustentável, a UNIFEM investe na capacitação, nas iniciativas e nos projetos das mulheres na Colômbia em favor da solução negociada para o conflito armado. Assim, a tarefa de implementar a Resolução 1325 passa pelo fortalecimento das organizações locais. Ou seja, é a partir das experiências de resistência das mulheres às práticas violentas vivenciadas em zonas de conflito na Colômbia que surgem possibilidades de romper com as políticas de militarização da vida

civil. “El surgimiento de las organizaciones de mujeres en búsqueda de la paz tiene como sustrato común la necesidad de incidir en la desarticulación de la lógica de guerra y de hacer reconocer la voz de las mujeres en contra la guerra y a favor de la vida” (UNIFEM-Andina, 2004, p.31).

Um exemplo dessa cooperação entre UNIFEM e organizações de mulheres é um estudo sobre os impactos da reinserção dos paramilitares desmobilizados na vida das mulheres, conduzido pela “Corporación Humanas”¹⁶¹. As AUC (Autodefesas Unidas da Colômbia) e o governo colombiano iniciaram, em 2003, uma negociação que culminou com o compromisso de desmobilização coletiva dos grupos paramilitares. A principal crítica do estudo ao processo de desmobilização se refere à desconsideração das causas estruturais e culturais da organização violenta na Colômbia (Corporación Humanas, 2005, p. 14). Os desmobilizados são tratados como um grupo a parte, ao qual o Estado concede benefícios negados à maioria da população, e cuja história começa com a adesão ao processo de desmobilização. Os motivos que levam os jovens a se integrarem aos grupos armados constituindo sua identidade como instrumentos de realização da violência não são analisados. A pesquisa aponta para o ceticismo em relação às possibilidades de superação da violência por parte desses jovens, uma vez que o processo em curso não discute a relação entre as expectativas dos reinseridos e as necessidades dos demais grupos sociais no espaço de convivência (Corporación Humanas, 2005, p.78). Ou seja, não confronta idéias sobre a realização individual e coletiva em um contexto histórico de exclusão e violência política.

Para muchos, lo natural es que la sociedad se divida en grupos y clases sociales, y que una de ellas tenga mejores condiciones de vida que la otra. La deshumanización de esta forma, se torna natural para todos aquellos que se encuentran en ejercicio de poder, y aún peor, para aquellos que han incorporado inconscientemente sus intereses (...). A lo cual podríamos agregar, que una política de negociación para salida de estados de violencia política naturalizados, necesariamente incluye una reflexión en torno a situaciones tales como la reparación a las víctimas, el conocimiento de la

¹⁶¹ Trabalho de pesquisa, financiado pela UNIFEM e executado pela “Corporación Humanas” – Centro Regional de Derechos Humanos y Justicia de Género, através da pesquisadora Luz Piedad Caicedo Delgado, intitulado “**Riesgos para la Seguridad de las Mujeres en Procesos de reinserción de Excombatientes** - Estudio sobre el impacto de la reinserción paramilitar en la vida y seguridad de las mujeres e en los municipios de Montería y Tierralta, departamento de Córdoba.

verdad, la garantía de una justicia capaz de superar décadas de impunidad, y, la voluntad política para una apertura democrática que se manifieste en una mejor distribución de los recursos, mecanismos reales de participación en lo político, lo económico y socio-cultural (Barrero C., 2006, p.35;37).

O programa de desmobilização paramilitar não questiona a naturalização da desigualdade de recursos e poder dentro da sociedade. E vai ainda mais além, reforçando a posição privilegiada dos atores armados na sociedade em detrimento da população desarmada. A posição dos desmobilizados em relação às vítimas representa a política como espaço de realização da masculinidade hegemônica. Nesse contexto, o poder para se fazer sujeito de direito na Colômbia advém do lugar privilegiado de classe ou do exercício da violência armada. Uma vez mais aqui estão reforçados os dois modelos de masculinidade associados ao poder político: o “guerreiro” (armas) e o “burguês” (capital). Por tanto, as organizações de mulheres, de forma geral, entendem que o processo de desmobilização paramilitar não é em si mesmo uma iniciativa de paz. A organização das mulheres é reprimida quando estas buscam a verdade e a reparação das violências contra si perpetradas pelos paramilitares (Programa Paz y Seguridad, 2005, p.35):

El proceso de desmovilización no genera la suficiente credibilidad en la sociedad. Muchos desmovilizados no se muestran satisfechos con la política que los cobija y se reincorporaron a la vida civil siguiendo las órdenes de sus comandantes. En el proceso de desmovilización se ha evitado hablar de verdad, justicia y reparación y se ha marginado a la población civil de las decisiones, y no se le ha brindado información con respecto al proceso ni sobre los acuerdos. Todo ello hace que las mujeres organizadas sigan sintiendo el control del paramilitarismo sobre sus organizaciones y sientan que deben tener mucho cuidado con lo que hacen y dicen. Por la experiencia del pasado saben que tocar los temas de derechos humanos y de reparación las hace visibles y pone en riesgo sus vidas. El gobierno no ha sido permeable a las demandas de las víctimas y no ha dado espacio para que las mujeres manifiesten sus inquietudes y demandas en el marco de la negociación (Programa Paz y Seguridad, 2005, p. 78).

Pelo contexto acima descrito, a UNIFEM reconhece que o fortalecimento das organizações locais é uma condição fundamental para a proteção das mulheres colombianas. Esse trabalho discutirá especificamente as propostas de duas organizações de mulheres colombianas pela paz, analisando as oportunidades e dificuldades geradas pela confrontação da dimensão de gênero da cultura da violência em suas ações. O papel das mulheres na resistência às múltiplas violências decorrentes dos conflitos políticos é

constitutivo da identidade política da Colômbia. Entretanto, o papel das mulheres na história das guerras e das pazes colombianas sempre foi visto como pontual e esporádico. Mulheres como Policarpa Salvarrieta, Manuela Saenz, Maria Eugenia Vasquez, Vera Grabe, entre outras que ganharam alguma visibilidade na história das lutas armadas colombianas, tornaram-se célebres por serem exceções, realizadoras de fatos extraordinários, que confirmavam a regra de que a guerra é um assunto e um ofício inerentemente masculino. Todavia, a partir da década de 1990, as mulheres se organizam para propor uma voz coletiva contra a guerra, centrada nas experiências e práticas das mulheres em áreas de conflito. Não se trata, portanto, de uma mudança na forma de agir dessas mulheres, mas de uma nova dinâmica de atuação, que se propõe a dialogar e confrontar os espaços de tomada de decisão sobre o conflito armado na Colômbia.

“Si bien desde comienzos de la década de 1990 se crean diversas organizaciones y movimientos cuya finalidad era la búsqueda de la paz en el país, apenas a fines de la misma se hacen visibles en el escenario nacional iniciativas que se definen a sí mismas como de mujeres en contra de la guerra” (UNIFEM-Andina, 2004, p.31).

5.3. A “Iniciativa de Mujeres por la Paz” (IMP) – a voz das mulheres colombianas nos espaços de tomada de decisão:

A articulação “Iniciativa de Mujeres por la Paz” (IMP) surge como resolução da Conferência de Mulheres Colombianas pela Paz, realizada em Estocolmo, em setembro de 2001. O objetivo da conferência era alcançar, coletivamente, um posicionamento social, político e cultural das mulheres sobre o conflito armado colombiano. Inicialmente, a idéia não era criar uma organização de mulheres, mas formular propostas a partir do conhecimento acumulado pelas experiências de um coletivo de organizações de mulheres oriundas de diversas regiões colombianas afetadas pelo conflito¹⁶² (Buriticá, 2007). Nessa conferência estiveram representadas 22 (vinte e duas) organizações de mulheres que, ao final dos trabalhos na Suécia e com a garantia do suporte financeiro do Sindicato dos Trabalhadores Estatais Suecos, decidiram manter os vínculos lá estabelecidos e formalizar a criação de uma rede, que funcionasse como um espaço de incidência sobre as negociações do

¹⁶²Em entrevista realizada em agosto de 2007.

conflito armado (www.mujeresporlapaz.org). A dinâmica de criação da IMP ilustra um movimento constante na política colombiana a partir da década de 1990: a transferência direta de recursos de agências internacionais e de governos estrangeiros para a organização alguns setores da sociedade civil colombiana, como as mulheres, os indígenas e os afrodescendentes. Ou seja, a disponibilidade de recursos e de apoio técnico internacional constitui um catalisador da mudança na forma de organização e incidência dos movimentos sociais nas mesas de negociação sobre o conflito armado.

As principais propostas do consenso das organizações de mulheres que estiveram em Estocolmo são: a busca de uma solução política negociada do conflito armado a partir das necessárias reformas econômicas, sociais e políticas; a incorporação das necessidades e interesses das mulheres pela representação exercida pelas próprias organizações de mulheres; a submissão de todos os atores armados às normas do Direito Internacional Humanitário; a condenação de todos os atores armados que se apropriam de terras, matam e deslocam a mulheres e homens camponeses, indígenas e afrocolombianos (www.mujeresporlapaz.org). Após a reunião de Estocolmo, o próximo passo de consolidação da IMP é a convocação da “Constituinte Emancipatória de Mulheres”, cujo objetivo era definir uma agenda política de mulheres pela paz (IMP, 2003, p.1). A reunião de líderes do movimento (da própria IMP e de outras organizações, dentre as quais a Ruta Pacífica de Mujeres) de mulheres ocorre em novembro de 2002 e culmina com a formulação de uma plataforma política de incidência das mulheres nos espaços de tomada de decisão colombianos.

A “Agenda de Mulheres pela Paz” propõe como pressupostos para o estabelecimento de uma cultura de não violência: a desmilitarização total da vida civil no campo e na cidade; a efetivação de acordos humanitários para o intercâmbio de seqüestrados e presos políticos; a criação de mecanismos participativos de investigação e sanção pelas cortes nacionais e internacionais de todos os crimes contra os direitos humanos e o direito internacional humanitário; o condicionamento das propostas de paz a processos que priorizem verdade, justiça e reparação de todas as formas de violência contra as mulheres e suas famílias; a redefinição da política econômica colombiana em relação às instituições financeiras internacionais; a reforma agrária definida a partir dos

princípios da equidade de gênero, desenvolvimento sustentável, soberania alimentar e capacidade de produção (seguro, crédito e mercado); a educação e a sensibilização de diversos setores da sociedade sobre as formas de violência contra as mulheres nos espaços público e privado; a participação direta e autônoma das organizações de mulheres nos diferentes processos nacionais e locais de diálogo e negociação política do conflito armado (IMP, 2003, p.2-6).

Os pressupostos acima descritos sintetizam alguns dos pontos que integram a agenda das mulheres para paz. Como um documento que pretende servir de base para o diálogo e incidência da IMP junto às instituições nacionais e internacionais que atuam na resolução do conflito armado colombiano, a agenda define princípios e estratégias políticas para realizar a referida agenda. Entre as estratégias definidas destacam-se tarefas coletivas de visibilização dos impactos do conflito armado na vida das mulheres: documentação e difusão de casos de violência e infrações de direitos humanos e do direito internacional humanitário contra mulheres; sistematização das informações pelo estabelecimento de um banco de dados; pressão sobre as cortes nacionais e internacionais (Tribunal Penal Internacional e Corte Interamericana de Direitos Humanos); formação de agentes públicos e de membros da sociedade civil na educação com perspectiva de gênero; fortalecimento do movimento de mulheres camponesas, através de programas de capacitação gratuitos¹⁶³.

A “Agenda das Mulheres pela Paz” é um documento de referência para a consolidação na Colômbia do que estabelece a Resolução 1325. A agenda é parte de um processo de participação e envolvimento das mulheres colombianas nos esforços de construção da paz e da segurança¹⁶⁴. A proposta de definição de propostas e de estratégias de incidência é coerente com o que expõe a referida resolução. Todavia, a proposição do coletivo de mulheres colombianas vai além do documento da ONU ao estabelecer um vínculo entre a inserção da Colômbia na economia internacional e as possibilidades de construção da paz com equidade de gênero. A ênfase na soberania econômica e política como condições da construção da paz desafia as leituras dominantes nos espaços internacionais, que não problematizam a dinâmica econômica internacional. Ou

¹⁶³ Conteúdo da “Agenda de Mulheres pela Paz”.

¹⁶⁴ Adaptação do texto da Resolução 1325.

seja, as relações de dependência econômica, facilitadas por um sistema de guerra que privilegia inversões militares em contrapartida de acesso a mercado, são obstáculos à superação de formas de violência estrutural e cultural. Em especial, a relação entre as políticas neoliberais de privatização dos serviços públicos essenciais e a feminização da pobreza é um eixo fundamental da “Agenda das Mulheres Colombianas pela Paz” (IMP, 2003, p.4).

A incapacidade de suprir suas necessidades fundamentais e de viver com dignidade é uma realidade que muitas mulheres enfrentam em um contexto em que o Estado se abstém de prestar serviços básicos. Esse é o contexto vivenciado por muitas mulheres na Colômbia. A história de Viviane Vidales, jovem de Medellín integrada ao Programa “Paz y Reconciliación” ilustra esse processo. A mãe de Viviane se deslocou para Medellín para fugir da violência no seu povoado, tendo sua família encontrado muitas dificuldades para vencer a miséria. Após ter conseguido uma casa de bairro por doação de uma fundação colombiana, a família deve perder o imóvel por força de execução de dívida promovida por uma operadora de telefonia celular, por inadimplência. Viviane Vidales nos contou que a inadimplência ocorreu por conta de um problema de saúde de seu irmão. A mãe, que trabalha na informalidade vendendo minutos de telefone celular em via pública, optou por utilizar seus insuficientes recursos no cuidado médico de seu filho. Ou seja, diante da não prestação pública e gratuita do serviço de saúde que necessitava o filho, a mãe teve que sacrificar a subsistência da família (o telefone celular). Pelo não pagamento da conta de telefone, ela deve perder o imóvel onde vive sua família:

Hoje estou vivendo com minha mãe, meu bebê e dois irmãos meus. Mas como minha mãe não tinha sustento, nem trabalho, nem nada, começou a vender um plano de minutos de celular. E o menino adoeceu. E então ela teve que gastar o dinheiro dos minutos e não pode pagar a fatura. Então como não pode pagar a fatura, por descumprimento de contrato, cobraram dela 600.000 (pesos colombianos). Então como ela não pode pagar isso, a conta foi subindo e subindo. Então ela já está devendo um milhão (de pesos colombianos). E aí ligaram para ela de COMCEL¹⁶⁵ para dizer que vão nos embargar a casa, que temos que desocupar. Já nos avisaram que vão nos tomar a casa; puseram advogado contra nós; teremos que desocupar a casa. Nós não temos para onde ir, nem nada. Estamos esperando para ver o que vamos fazer. O depósito de

¹⁶⁵Empresa privada operadora de telefonia móvel na Colômbia.

roupas ainda nos ajuda com mercado. Minha mãe está sem trabalho e eu estou estudando (Vidales, 2007).¹⁶⁶

O contexto acima narrado não é uma sucessão de acontecimentos infelizes pelos quais passaram uma família, mas resultado de escolhas políticas que privilegiam a militarização em detrimento da dignidade humana. Muitas mulheres colombianas têm que decidir todos os dias o que sacrificarão para satisfazer suas necessidades mais fundamentais de alimentação, saúde, educação e moradia. Ao mesmo tempo, o Estado colombiano disponibiliza orçamento comparável aos países desenvolvidos em treinamento e fortalecimento militar. Assim, quando a “Agenda das Mulheres pela Paz” chama atenção para a estreita relação entre militarização e liberalização econômica, coloca em xeque não apenas a política de “segurança democrática” do governo Uribe, mas principalmente as relações internacionais que assumem a independência entre as políticas de desregulamentação, privatização e liberalização econômica e a insegurança internacional. Portanto, falar de paz para as mulheres colombianas implica em discutir a reforma agrária, o papel do Estado na garantia de serviços essenciais, as regras de exploração dos recursos naturais e tradicionais da Colômbia pelas empresas transnacionais (IMP, 2006, p.3). Não é acaso que a certificação da Colômbia como país que combate o narcotráfico se segue tarifas preferenciais para os produtos colombianos no mercado norte-americano. Não é coincidência que a avaliação positiva por parte do Congresso norte-americano do “Plano Colômbia” e do combate ao terrorismo favoreça a negociação de um Tratado de Livre Comércio (TLC) bilateral entre EUA e Colômbia. Diante desse contexto, as mulheres na “Agenda das Mulheres pela Paz” se posicionam contra a ALCA, contra o Plano Colômbia e contra o TLC (em negociação atualmente), assumindo como uma das prioridades de sua incidência a construção de um compromisso do Estado colombiano contra a exclusão econômica das mulheres. Esse compromisso deve incluir: desenvolvimento de uma política de empregos dignos; equidade nos salários para as mulheres trabalhadoras; e inclusão das mulheres como grupo prioritário para distribuição da ajuda para a população deslocada (IMP, 2006, p. 1-3).

¹⁶⁶Em entrevista realizada em setembro de 2007.

Uma outra questão prioritária para a “Iniciativa de Mujeres por la Paz” é o acordo humanitário. Tal ênfase reflete a dinâmica de organização das mulheres na Colômbia, ainda muito influenciada pelos papéis de cuidado e proteção de seus seres queridos. Quando a mulher tem seu familiar seqüestrado ou desaparecido, suas expectativas e projetos se modificam. Do exercício individual da maternidade, essas mulheres se mobilizam coletivamente e lutam no espaço público em favor daqueles que amam. Essa ainda é a principal motivação das mulheres a se organizarem politicamente no contexto de conflito armado. A história de luta de uma senhora em especial, Fabiola Lalinde, é emblemática para o movimento de familiares contra o conflito armado e pela verdade e justiça em relação a seus familiares seqüestrados e desaparecidos. Em entrevista a nós concedida, ela identifica dois momentos que modificaram sua vida: a separação do seu marido e o desaparecimento de seu filho:

Yo nunca había trabajado; mi familia tenía una estabilidad económica; no sabía lo que era pasar dificultad de este tipo; tuve que empezar a trabajar (después de la separación de mi marido). Bueno, fue una etapa muy difícil, pero cuando ya estaba superando esa parte de dificultad; trabajando; estábamos con la vida estabilizada; ocurrió el desaparecimiento de Fernando; volvemos a retroceder en todo lo que habíamos logrado y todo para resolver a buscar Luis Fernando en Medellín; todos resolvemos a buscar a Luis Fernando, toda la familia; resulta que 1984, tiene fechas precisas en octubre de 1984, salimos a buscarlo y termina esa etapa de la busca en el término de 1996, que logramos los catálogos esos y la ceremonia en 1996; fueron 4.428 días de busca permanente y a los 7 años a los encontramos los restos después de mucho trabajo, de todo lo que tú imagines de lo que significó eso, incluso encontramos los restos con el proceso de ratificación; (...) entonces ese proceso de ratificación fue durísimo (...) todo eso fue muy complicado, pero tuve el derecho de recuperarlo, de recuperar su identidad, que tuviera a su ceremonia, pero más distinto, porque ya se sabe que está muerto; que tiene una placa con su nombre diciendo que está ahí (Lalinde, 2007).¹⁶⁷

O movimento de busca dos restos mortais de seu filho desaparecido foi chamado por Fabiola Lalinde de “Operação Siriri”, em referência a um pássaro cuja bravura e resistência o tornam páreo para o forte e poderoso falcão. Ou seja, simboliza a força de uma mãe “siriri” contra um Estado falcão. Após esgotar todas as instâncias nacionais na busca pelo reconhecimento da execução e pela recuperação dos restos mortais de seu filho, Fabiola Lalinde, com o apoio de organizações de direitos humanos colombianas, acionou a Corte Interamericana de Direitos Humanos, no sistema da OEA. E após um longo

¹⁶⁷Entrevista de Fabiola Lalinde em setembro de 2007.

processo contra o Estado colombiano alcançou que fosse reconhecido o desaparecimento de seu filho pelas forças militares do Estado. Tal reconhecimento, embora não se reproduza para a maioria das mães organizadas na busca da verdade em relação aos seres queridos, tem um efeito simbólico muito importante na capacidade de organização das mulheres em torno da necessidade de exigir o respeito aos direitos humanos e ao direito internacional humanitário:

En su 71º período ordinario de sesiones (22 de septiembre, 1987), la Comisión, acordó aprobar la Resolución No. 24/87 tomando en cuenta, que tanto el certificado extendido por el Juzgado N° 13 de Instrucción Criminal como las afirmaciones contenidas en la nota dirigida a la Comisión por el señor Carlos Morales Hendry como miembro de la Comisión de Paz, constituyen elementos de convicción suficientes que permiten considerar que el señor Luís Fernando Lalinde Lalinde, fue detenido el 3 de octubre de 1984, en la Vereda "Verdún", del municipio de El Jardín en Antioquia, por efectivos del Batallón de Infantería Ayacucho y que desde entonces se encontraba desaparecido sin que las autoridades que lo detuvieron hubieran dado respuesta convincente sobre su paradero; y que el Gobierno, en su respuesta del 24 de febrero de 1986, no aportó ningún elemento que permitiera desvirtuar las afirmaciones del reclamante. Dicha Resolución No. 24/87 (OEA, Ser.L/V/II.71, doc. 18), cuya parte dispositiva reza de la manera siguiente: 1. Declarar que el Gobierno de Colombia ha violado el derecho a la libertad personal consagrado en el Artículo 7 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos, y el derecho a la vida, reconocido en el Artículo 4 de ese instrumento internacional, a través de las acciones de sus agentes que condujeron al arresto y posterior desaparición de Luís Fernando Lalinde Lalinde, ocurridos en la Vereda "Verdún", Municipio El Jardín de Antioquia, el 3 de octubre de 1986. 2. Recomendar al Gobierno de Colombia que realice una exhaustiva investigación sobre los hechos denunciados, a fin de identificar a los responsables y someterlos a la justicia a fin de que reciban las sanciones que tan grave proceder exige y adopte las medidas necesarias para impedir que hechos de tal gravedad puedan volver a ocurrir (CIDH, 1988, p.67).

A coragem de Fabiola Lalinde durante esse processo de pressão sobre o Estado colombiano a tornou ainda mais vulnerável à violência política. Quando a OEA já havia declarado a omissão Estado colombiano no caso Luis Fernando Lalinde, Fabiola é presa em sua residência após uma acusação anônima de envolvimento com o narcotráfico. “Yo fue acusada de terrorismo”¹⁶⁸. Ela não era a primeira acusada de narcotráfico por ser uma personalidade que confrontava a política de segurança do Estado colombiano. Ouvia dizer que todos os que caíam nas mãos da agência de controle de drogas, eram

¹⁶⁸ Todas as informações aqui descritas se baseiam na entrevista de Fabiola Lalinde, concedida em setembro de 2007.

condenados. Entretanto, Fabiola não desistiu e permaneceu em sua posição, expondo as contradições de um Estado que utiliza seus próprios mecanismos de controle no exercício da violência contra os que presumidamente devia proteger. Fabiola desafiou o Estado a provar seu envolvimento com o narcotráfico, dando publicidade à sua história, seus bens e convocando aqueles que a conheciam a testemunhar. Nesse processo, destaque-se a visita de grupos de direitos humanos, inclusive um formado por relatores da ONU, que haviam tomado conhecimento da história de Fabiola Lalinde, e deram publicidade ao que se passava com ela na prisão. Após alguns dias da visita, Fabiola foi liberada e o processo contra ela arquivado por falta de evidências¹⁶⁹.

O processo de criminalização dos familiares de desaparecidos é uma forma de despolitização e desmobilização dos familiares de vítimas do conflito armado. De acordo com a Asociación de Familiares de Detenidos-Desaparecidos (ASFADDES), “los familiares han sido en muchas ocasiones estigmatizados como subversivos o auxiliadores de la guerrilla, junto con el desprecio por la memoria de los desaparecidos” (ASFADDES, 2003, p.199). A estratégia de resistência à perseguição do Estado e dos atores armados é a solidariedade, nacional e internacional, desenvolvida entre instituições, famílias e vítimas. Ou seja, a forma de proteção mais eficiente contra os abusos do Estado é a organização, a mobilização e a publicidade das histórias de vida que revelam as dimensões estruturais do exercício da violência na Colômbia. Assim, para além de casos particulares, as histórias de familiares, em sua maioria mulheres, constituem um movimento de pressão em favor da compreensão das formas de violência geradas pelo conflito em suas dimensões materiais, sociais e psicológicas. Um dos papéis desempenhados pela “Iniciativa de Mujeres por la Paz” é servir como um espaço coletivo de visibilização dos efeitos do conflito armado na vida das mulheres, propondo a politização do cuidado como estratégia de construção da paz. A “Operación Siriri”, campanha da IMP inspirada na experiência de Fabiola Lalinde, propõe a incidência na mídia (através da exibição de um comercial e da participação em programas de televisão e de rádio); o envio simbólico de cartas aos atores do conflito e a realização de um “Plantão” em praça pública, cujo objetivo é difundir as

¹⁶⁹ Narração baseada na entrevista de Fabiola Lalinde, concedida em setembro de 2007.

experiências das mulheres entre a população em geral e criar uma rede de solidariedade que pressione pela realização do acordo humanitário entre as partes em conflito:

La Operación Sirirí es una estrategia pacífica y no violenta de las mujeres, que pretende incidir en un cambio de actitud de las partes en conflicto para concretar un Acuerdo Humanitario. Es un acto que responde a la Ética del Cuidado y de solidaridad entre mujeres víctimas de la guerra. Es una apuesta de las mujeres que convierte el dolor en acción política, como en el caso de las madres de los policías y soldados retenidos, quienes lograron ya en el primer acuerdo humanitario y siguen insistiendo por los 35 soldados y policías que continúan en manos de las FARC. Las organizaciones de mujeres definen la Operación Sirirí como un ejercicio sistemático de presión social por un acuerdo humanitario, que busca llamar la atención de instancias nacionales, internacionales y de los medios de comunicación para que se conviertan en fuerza a favor de esta propuesta. La campaña tiene como marco de referencia la resolución 1325 (oct. de 2000) del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas (IMP, 2003, p.1).

Para além da urgência na definição e execução de um acordo humanitário, a IMP prioriza em suas ações a construção de um consenso político em torno do direito à verdade, justiça e reparação a partir da perspectiva das vítimas do conflito armado (IMP, 2003, p.8). Tal proposta pretende incidir principalmente nas negociações entre governo e AUC (Autodefesas Unidas da Colômbia). A “Mesa Nacional de Incidencia por el Derecho a la Verdad, la Justicia y la Reparación con Perspectiva de Género” define como estratégias: a produção e sistematização de conhecimento sobre mulheres vítimas; a documentação de casos e testemunhos de vítimas do conflito armado; a apresentação de propostas e recomendações à mesa de negociação do governo com as AUC em favor da incorporação de mecanismos específicos de punição dos responsáveis por crimes contra os direitos humanos das mulheres:

La propuesta ‘Mesa Nacional de Incidencia por el Derecho a la Verdad, la Justicia y la Reparación con Perspectiva de Género’ tiene como objetivo incidir en la Mesa única de Negociación Gobierno Nacional- AUC para que sus definiciones integren a plenitud el reconocimiento del derecho de las víctimas a la Verdad, la Justicia y la Reparación, desde las percepciones, las expectativas, exigencias, necesidades e intereses de las mujeres, mayoritarias víctimas sobrevivientes (IMP, 2004, p.2).

Esse modelo de incidência nos espaços de tomada de decisão reflete a pretensão da IMP de se incluir nos espaços de poder como interlocutora

política¹⁷⁰. Ou seja, a posição da IMP é construir compromissos concretos com os atores mais poderosos em favor dos direitos das mulheres no contexto do conflito armado. Para isso, a IMP apóia-se nos documentos das instituições internacionais que relatam casos de violência contra as mulheres no contexto do conflito armado colombiano. Utiliza a legitimidade dos atores internacionais (UNIFEM, Anistia Internacional, Conselho de Segurança das Nações Unidas, Relatoria Especial sobre a Violência contra a Mulher das Nações Unidas) para pressionar os atores nacionais a incorporarem a agenda de mulheres pela paz nas negociações de um acordo entre governo e paramilitares. Para tal, dá visibilidade aos casos de violência de gênero perpetradas pelos atores armados, especialmente, requerendo que tais casos não sejam objetos de negociação e anistia, refletindo esforços concretos do governo na investigação e punição dos culpados:

El 24 de noviembre de 2002, 'Lidia', de 18 años, integrante de un grupo de mujeres jóvenes radicado en Bello Oriente, zona nororiental de Medellín, fue interceptada cuando caminaba por la calle por seis hombres con armas cortas e identificados con brazaletes de las AUC. Tras vendarle los ojos, se la llevaron en un vehículo. Uno de los hombres se refirió a ella como 'el objetivo'. Según 'Lidia', en el trayecto recogieron a más hombres. Le preguntaron lo que hacía, presionándola para que confesara que era guerrillera. La violaron en grupo. Con una navaja o cuchillo le hicieron marcas en las piernas, en los senos y en las nalgas. Le marcaron el brazo izquierdo con las siglas AUC. Le dijeron que se tenía que ir del barrio, y que si hablaba la matarían a ella y a sus hermanos. 'Lidia', apoyada por una organización de mujeres, denunció ante la Fiscalía, pero hasta la fecha ningún responsable ha sido llevado ante la justicia. 'Lidia' y su familia tuvieron que irse de la zona (IMP, 2004, p.6).

Conforme é possível observar no relato acima, as violências perpetradas contra as mulheres na Colômbia não são meras conseqüências do conflito político. Refletem a percepção dos corpos femininos como territórios de realização do poder masculino. Trata-se de uma expressão em que duas identidades masculinas em competição exercem violência direta contra os corpos das mulheres, percebidas como propriedade masculina (IMP, 2004, p.6). A vitimização das mulheres é assumida como um efeito menos importante do conflito, uma vez que tomada como uma natural expressão do poder social e não como um deliberado ato de violência no contexto do conflito. Nesse contexto, a posição de vítima não é geradora automática de reações de

¹⁷⁰ Discutiremos as implicações desse modelo de incidência no próximo capítulo.

indignação e proteção para as mulheres, mas inauguradora de um novo ciclo de violências. Ou seja, as mulheres vítimas de violência no contexto do conflito vivenciam um contínuo de violências (abandono, perda, trabalho forçado, violência sexual, pobreza, falta de acesso a serviços essenciais, ameaça, perseguição, deslocamento) que se seguem aos fatos violentos que modificam suas vidas (Cockburn, 2004, p.43).

A IMP, portanto, pretende que os atores do conflito incluam em seus compromissos garantias de proteção das mulheres no contexto do conflito armado, especialmente daquelas que são vítimas dos atores que negociam um acordo de paz. Para isso, fundamenta sua ação no apoio de atores internacionais (Federação de Empregados do Estado da Suécia, ACNUR, PNUD e o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos), reafirmando o disposto na Resolução 1325 sobre a necessidade de garantir a proteção e o respeito aos direitos humanos das mulheres. A ação da IMP em favor das mulheres vítimas do conflito armado exige a implementação de um plano de proteção às mulheres vítimas do conflito.¹⁷¹ Tal implementação pressupõe incidência nas cortes de justiça e no congresso nacional da Colômbia. Por outro lado, a IMP busca sensibilizar a opinião pública colombiana sobre os efeitos do conflito na vida das mulheres através de campanhas como “Nunca Más!”, ato simbólico contra a revitimização das mulheres colombianas:

Fueron 5000 las mujeres que, aceptando la convocatoria de IMP, marcharon en silencio y de manera solemne desde la calle 45 con carrera 21, hasta la Plaza de la Paz en Barranquilla. Provenientes de 24 departamentos del país, vestidas de Blanco y de Negro insistieron en NUNCA MÁS... ‘Desapariciones, secuestros, desplazamiento, delitos sexuales, discriminación, torturas, asesinatos, masacres,...NUNCA MÁS’ (IMP, 2007, p.5).

A demanda por verdade, justiça e reparação em um contexto cultural de impunidade em relação aos crimes perpetrados contra as mulheres é prioritária para o movimento de mulheres. Esse ponto da agenda une diferentes organizações de mulheres, não obstante suas clivagens políticas. Conformam o “Movimento Nacional de Mulheres Contra a Guerra”, integrado pela “Iniciativa de Mujeres por la Paz”, pela “Ruta Pacífica de Mujeres” e pela “Mesa Nacional de Concertación de Mujeres”. Com base nesse propósito de chamar atenção

¹⁷¹A elaboração do Plano Nacional de Proteção às Vítimas do Conflito Armado foi determinada pela Justiça colombiana, no mês de agosto de 2007, em resposta a uma Tutela em favor das vítimas, impetrada por mulheres integrantes da IMP.

para a revitimização das mulheres pela política de Estado no conflito, o movimento de mulheres contra a guerra convocou uma marcha, em 25 de novembro de 2003, rumo à Putumayo¹⁷². Tal ato propõe-se a questionar os meios utilizados pelo Estado colombiano para lidar com a violência no campo (IMP, 2003, p.7). Para conter a ameaça narcotraficante e os meios utilizados pela guerrilha no financiamento da sua luta, o Estado restringe o acesso da população camponesa a meios de subsistência. Essa violência contra a soberania alimentar¹⁷³ da população camponesa impõe o deslocamento e o recrutamento entre os grupos armados como únicas estratégias de sobrevivência. Por tanto, as mulheres mobilizadas em Putumayo¹⁷⁴ rejeitam a política de segurança do Estado colombiano e reclamam a construção da paz a partir do compromisso com a justiça agrária:

Rechazamos el tratamiento criminal del que está siendo víctima la población de toda esta región y reivindicamos que los productores/as de la hoja de coca sean tratados como tales, no como narcotraficantes y/o como actores armados. Denunciamos ante el país y la Comunidad Internacional la política militarista del actual Gobierno el cual privilegia el uso de las armas y la fuerza para tratar problemáticas sustentadas y generadas en la pobreza, en la expropiación histórica, la marginación y la ausencia de gobernabilidad. Exigimos que las mujeres y hombres del Putumayo puedan tener una voz propia y una incidencia en las decisiones en que las que se está jugando su vida, su salud, la de sus hijos e hijas y de la tierra que les da sustento; que se detengan las fumigaciones que están deteriorando la salud y la vida de toda esta población y acaban con el ambiente y con los cultivos tradicionales y alternativos; (...) que se constituyan comisiones de veedurías ciudadanas, de orden nacional e internacional, que hagan el seguimiento a los efectos de la política antidrogas, la política de fumigaciones y Plan Colombia (IMP, 2003, p.7).

A articulação entre as organizações de mulheres na Colômbia em nome de um programa político comum, que possa ser entendido como uma proposta de mulheres pela paz, ainda é uma tarefa a construir. A Resolução 1325 assume uma condição comum às mulheres em contexto de conflito e pressupõe que

¹⁷²Um espaço de resistência simbólica contra a política de fumigação das áreas cultiváveis como estratégia política antidrogas, no marco da implementação do Plano Colômbia.

¹⁷³ Conceito que representa o direito das populações camponesas de ter acesso a capacidades produtivas (terra e capital) que lhes permitam satisfazer suas necessidades alimentares a partir de seus próprios métodos e significados.

¹⁷⁴Aqui vale ressaltar que a mobilização em Putumayo é utilizada como um símbolo da agenda das mulheres para o conflito colombiano. As mulheres, em Putumayo, percebem que o problema que ocorre em um espaço específico não é independente de uma lógica de manutenção da guerra no país como um todo. Por tanto, as mulheres de Cauca, Nariño, Caquetá, Risaralda, Tolima, Huila, Santander, Barrancabermeja, Bolívar, Atlântico, Choco, Antioquia e Bogotá deslocaram-se até Putumayo para apoiar a mobilização das mulheres locais em favor de uma visão de paz mais inclusiva e com justiça redistributiva agrária.

desenvolvam estrategicamente um programa político coletivo de incidência. Na Colômbia, contudo, as organizações de mulheres, embora possam desenvolver pontualmente algumas ações conjuntas, atuam de forma independente e muitas vezes divergente. A busca de um consenso entre as mulheres colombianas pela paz é uma tarefa que a IMP tem assumido no contexto político colombiano. Contudo, os espaços e a forma de atuação das mulheres como coletivo político são bastante questionados. Há divergências e posições muitas vezes inconciliáveis sobre os caminhos que as mulheres devem tomar para se tornarem agentes da paz. Dentre as vozes mais críticas do modelo de inserção das mulheres no espaço político colombiano, destaca-se a “Ruta Pacífica de Mujeres”.

5.4. A “Ruta Pacífica de Mujeres” - a paz segundo o feminismo:

A “Ruta Pacífica de Mujeres” é uma articulação de organizações de mulheres colombianas surgida em 1996 com o objetivo de analisar o conflito armado colombiano a partir da perspectiva das necessidades e experiências das mulheres. O evento que dá origem à organização é uma marcha rumo à Mutatá, na região de Urabá¹⁷⁵. De acordo com a Ruta, o que, ao princípio é uma intuição feminina acerca da necessidade de prestar solidariedade às mulheres de Urabá, consolida-se na convicção de que as mulheres têm um papel fundamental a desempenhar na construção da paz (Ruta Pacífica de Mujeres, jun. 2003, p. 21). Durante o ano de 1996, várias oficinas e convocatórias reúnem mulheres organizadas, autônomas e movimentos sociais na preparação de um ato público pela proteção das mulheres em Mutatá. No início de sua organização, a Ruta não conta com recursos, nem tampouco apoio técnico internacional, aglutinando-se a partir de outras organizações de mulheres e de direitos humanos colombianas¹⁷⁶. A marcha, realizada no dia 25 de novembro¹⁷⁷, leva um grupo de mulheres de diferentes regiões da Colômbia a se encontrarem em Mutatá para realizar atos simbólicos (apresentações teatrais, pinturas, música e

¹⁷⁵Uma das regiões em que o conflito assumiu mais intensidade a partir da década de 1990. Execuções, estupros, extorsão e deslocamento forçado se tornaram recorrentes. A violência e medo calavam as formas de resistência civil. A população daquela região se encontrava em um estado de isolamento e abandono.

¹⁷⁶De acordo com Ana Milena González, membro da Ruta, em entrevista realizada em agosto de 2007.

¹⁷⁷Dia internacional do combate à violência contra a mulher.

palavras de resistência ao medo e ao domínio de todos os atores armados). As mulheres são convocadas a superarem seus preconceitos e medos, de maneira autônoma e consciente. A intensidade das violências perpetradas contra aquelas(es) que ameaçam os interesses dos grupos armados em Urabá não é minimizada. Cada uma sabia que estava deixando o relativo conforto e segurança de suas casas e espaços de atuação para sentir junto com as mulheres de Urabá os efeitos da guerra. A violência contra as mulheres de Urabá significava a violência contra todas as mulheres colombianas. Nenhuma mulher podia estar em paz enquanto o corpo de muitas era usado como arma de guerra. “La Ruta quería ser, desde su nacimiento, distinta a los movimientos tradicionales que las mujeres conocían: nadie iría en montonera, nadie engatusado. Cada mujer lo haría como un ejercicio de su soberanía individual y política” (Ruta Pacífica de Mujeres, jun. 2003, p.15).

Interessante ressaltar como a Ruta pretende distinguir-se das demais organizações para a paz colombianas através da ênfase no aspecto simbólico da não violência¹⁷⁸. A palavra é tomada como ferramenta de transformação das narrativas de exaltação da violência. Organizar-se e comunicar-se através de múltiplas linguagens não violentas, para as participantes da Ruta, é fundamentar as bases para uma nova política. “Y descubrir en este lenguaje de los símbolos la capacidad de revolucionar el lenguaje político tradicional” (Ruta Pacífica de Mujeres, jun. 2003, p. 20). A ênfase na diferença e na autonomia leva as participantes da Ruta a se perceberem como um ator especial no contexto político colombiano. Essa postura, entretanto, não impede que a Ruta estabeleça mecanismos de cooperação com outras organizações colombianas e internacionais.

O tipo de intervenção da Ruta no espaço político colombiano alcança visibilidade internacional. A estratégia de usar a linguagem como mecanismo de transformação social é inovadora e singular no contexto de resistência das mulheres à violência armada. A maior parte dos grupos de mulheres historicamente se constituíram a partir da necessidade de responder a uma

¹⁷⁸A organização define como seus principais objetivos: a elaboração de novos marcos de referência, a subversão dos códigos culturais dominantes, a divulgação do pensamento feminista para todos os setores da sociedade, a promoção de ações em favor da não violência e do pacifismo, o fortalecimento dos processos organizativos e a transformação dos imaginários sociais que dão sentido à guerra (Sánchez G., 2006).

questão material específica das mulheres, concebendo a ação de incidência política e a produção de conhecimento sobre as experiências das mulheres como tarefas independentes. A proposta da Ruta, portanto, é subversiva das próprias fronteiras entre causas culturais, estruturais e diretas do conflito. O Primeiro Encontro Internacional de Mulheres contra a Guerra¹⁷⁹ é concebido simultaneamente como um mecanismo de proteção da Organização Feminina Popular¹⁸⁰ (OFP) e de sistematização do conhecimento sobre a resistência pacífica das mulheres no contexto de guerra. Assim, as expressões de violência direta sofridas pelas participantes da OFP são tomadas como símbolo da capacidade das mulheres de resistirem à violência armada pela solidariedade e criatividade. Sem palavras de ordem, agressão direta, nem tampouco a presença de agentes de segurança armados, as mulheres da Ruta e de outros grupos de mulheres tomam as estradas, que eram disputadas pelos atores do conflito, na direção de Barrancabermeja. Pedem explicitamente a cada um e a todos os atores armados presentes na região o respeito a um corredor humanitário nas estradas pelas quais passam os ônibus trazendo as mulheres. E alcançam chegar todas à cidade de Barrancabermeja para realizar um ato político em praça pública, sem que nenhuma ação violenta contra a mobilização ocorra:

Dos mil mujeres llegaron a Barrancabermeja en buses que partieron desde todos los puntos cardinales, en recorridos de más de 40 horas. La algarabía que se armó con su llegada sólo podía compararse con un carnaval: ondeaban banderas de todos los colores, amarillas por la verdad, verdes por la esperanza, azul por la reparación, blancas por la justicia, negras con flores amarillas por la resistencia pacífica y rojo carmesí, por la vida. Cada mujer con su pequeña olla colgada al cinto, resignificando un objeto ligado por años a los oficios del hogar, pero que en la calle, en medio de la movilización se convierte en objeto emancipador, el que rompe el silencio, el que da a los otros. La movilización internacional a Barrancabermeja fue tal vez el acto con mayor carga simbólica de los que se haya hecho jamás por la Ruta. Mujeres todas las regiones y las etnias entregaron sus cantos, poesías y bailes. Cada actividad era un verdadero performance, desde la marcha de antorchas, los conjuros de rosas y albahaca, hasta la celebración ecuménica. Las mujeres rodearon las casas de la mujer amenazada por los guerreros, allí llevaron a las otras, las muñecas y estallaron en risas sonoras. Luego vino la vigilia, una noche en vela para contarse historias, escuchar los sueños y las esperanzas, y

¹⁷⁹Realizado em Barrancabermeja, entre 14 e 17 de agosto de 2000, contando com a presença de mais de mulheres de mais de 20 países, entre elas as participantes do movimento global de mulheres pela paz “Mujeres de Negro”.

¹⁸⁰Organização feminista que atua na região de Magdalena Médio (área petrolífera da Colômbia e alvo de disputas recorrentes entre guerrilhas, exército e paramilitares), cujo trabalho pretende garantir às mulheres afetadas pelo conflito armado condições de subsistência. Programas de moradia e geração de renda para a população feminina deslocada são as principais ações da OFP na cidade de Barrancabermeja.

para cuidarse y protegerse unas y otras, con los ojos bien abiertos como corresponde en esto tiempos (Ruta Pacífica de Mujeres, jun. 2003, p.46-47).

A partir da mobilização em Barrancabermeja, a Ruta adere de forma permanente ao “Movimento de Mulheres de Negro”. O movimento surge em 1988, quando um grupo de mulheres israelenses decide realizar a ocupação simbólica dos territórios palestinos. O ato conta com a adesão das mulheres palestinas e começa a se realizar periodicamente como uma forma de resistência pacífica. Em 1991, as “mulheres de negro” propõem um ato de solidariedade em favor das mulheres de Belgrado que enfrentavam múltiplas violências durante a Guerra da Iugoslávia. O movimento se estende a outros movimentos de mulheres europeus, que protestavam contra a Guerra do Golfo. O ato de Barrancabermeja inicia a adesão das mulheres colombianas, através da Ruta, ao movimento internacional contra a guerra. Desde então, a Ruta, através das organizações locais que a integram, realiza “plantões” em espaços públicos das grandes cidades (Pereira, Bogotá, Medellín, Bucaramanga, Cali, Barrancabermeja e Puerto Caicedo) toda última terça-feira de cada mês (Ruta Pacífica de Mujeres, mar. 2003, p. 50). Assim, a relação com o movimento internacional de mulheres pela paz significa para a Ruta a possibilidade de construir significados e ações que transcendem o espaço colombiano. A solidariedade entre as mulheres e a conhecimento gerado por essa relação de cuidado para com todas as sociedades emergidas em contextos de violência constrói um referencial discursivo e prático que rompe com as fronteiras entre política internacional e política doméstica. Ou seja, o antimilitarismo é uma proposta política para a reconstrução de um mundo mais justo e menos violento, em que o bem-estar e a segurança de uns não são colocados em oposição à dignidade e realização de outros:

Las mujeres de negro han sido un paso fundamental para la Ruta Pacífica. Primero porque con ellas el movimiento logra conectarse con una corriente mundial de mujeres pacifistas. Los ejemplos de las palestinas que abrazan a sus hermanas judías, o las serbias en ritual con las albano-kosovares, como una demostración de que es posible otro lenguaje, otro encuentro entre los seres humanos, que mientras una parte de la humanidad dedica sus fuerzas y energías al odio, el amor y la solidaridad pueden lo que ellos no imaginan: unir a los pueblos, a las culturas, y permitirles tratar sus diferencias mediante la palabra o el gesto. Mujeres de Negro también representa para el movimiento de mujeres la más profunda ruptura con formas tradicionales de expresión. El silencio como el más contundente mensaje. La posibilidad de la

reflexión, la comunión, pero también de la otra manera de estar en una sociedad donde los gritos de un bando y otro no permiten que se escuche el eco de la vida. El negro como una reivindicación del duelo y memoria del dolor (Ruta Pacífica de Mujeres, mar. 2003, p. 51).

Pela contribuição inovadora e questionadora das bases culturais e simbólicas que sustentam a violência, a Ruta recebeu o prêmio Milênio para a Paz¹⁸¹. Em seu discurso de agradecimento, na sede da ONU em Nova Iorque, a Ruta afirma que as mulheres têm o potencial de transformar a cultura da guerra, que nunca é justa, nem santa. Pede a cessação de inversões internacionais em favor da militarização e da proliferação de armas (Ruta Pacífica de Mulheres, jun. 2003, p.59). No âmbito nacional, a Ruta integra a campanha contra a remilitarização da política de segurança nacional, por ocasião da ruptura das conversas de paz entre FARC e governo. A Ruta, juntamente com a “Iniciativa de Mujeres por la Paz”, a “Red Nacional de Mujeres”, a “Organización Femenina Popular” e a “Mesa Nacional de Concertación de Mujeres”, organiza e idealiza uma marcha nacional de mulheres contra a guerra. A marcha acontece em 25 de julho 2002, data da posse do presidente eleito Álvaro Uribe Vélez, que havia defendido, em sua campanha, uma proposta de abordagem do conflito altamente militarizada. As organizadoras da manifestação convocam diversos setores da sociedade que se posicionam em favor da saída negociada para o conflito político. O resultado é uma mobilização de aproximadamente 40.000 pessoas, marchando até a Plaza Bolívar, no centro de Bogotá. Os manifestantes pedem pela construção de uma cultura da paz (traduzida na desmilitarização e no compromisso com a justiça social) (Ruta Pacífica de Mujeres, jun. 2003, p.54-55). De acordo com uma integrante da Ruta, essa manifestação modifica a percepção dos atores políticos colombianos acerca do papel das mulheres na formulação de propostas de paz:

Quando começamos, não éramos levadas a sério; o olhar era de ridicularização, desvalorização. Insinuavam que nossa proposta não era séria. As coisas mudaram quando, no ano de 2002, realizamos uma mobilização grande em Bogotá, que reuniu em torno de 40.000 mulheres de várias regiões do país. A partir daí a percepção dos homens do movimento pela paz e pelos

¹⁸¹Prêmio concedido pela UNIFEM, com o apoio da ONG britânica Alerta Internacional, em reconhecimento do trabalho da “Ruta Pacífica de Mujeres” em favor da paz, da justiça e da equidade.

direitos humanos se modificou. Viram que a aposta política desde o feminismo era séria (González, 2007)¹⁸².

Interessante observar que as iniciativas de aproximação da Ruta com outros movimentos de mulheres pela paz, no plano nacional e no âmbito internacional, reforçam a perspectiva de transformação da cultura da violência pela reinterpretação de símbolos e práticas tradicionais em favor da paz. As alianças não são usadas como meros mecanismos de acesso aos espaços de poder, mas principalmente como ferramentas discursivas de consolidação da identidade da organização. A aposta política em favor da releitura dos símbolos associados à realização individual e coletiva em sociedades violentas são condições para a cooperação com as demais organizações de mulheres (Sánchez G, 2006, p.67). A coerência entre a proposta discursiva de sociedade e os compromissos políticos realizados, para Ruta, é prioritária em relação à elaboração de um consenso coletivo das mulheres pela paz. A “paz” para a Ruta é um conceito perpassado por discursos de poder que, em grande medida, as mulheres têm aceitado e reproduzido em suas ações. Portanto, falar de “paz” implica principalmente e acima de tudo redefinir as bases do discurso pacifista e propor ações independentes das instituições e espaços de poder. A maneira pela qual essa postura da Ruta se realiza de forma concreta nas suas relações políticas é um tema que será discutido no próximo capítulo. Por ora, parece-nos relevante ressaltar esse ponto para entender a incipiente referência nos textos e atos políticos da Ruta aos documentos e processos políticos negociados nos espaços nacionais e internacionais de tomada de decisão, inclusive à Resolução 1325.

No processo de análise dos textos da Ruta, encontramos poucas referências diretas à Resolução 1325 do Conselho de Segurança. Não há uma contradição evidente entre o que propõe a referida resolução e o que realiza a “Ruta Pacífica de Mujeres”. Fortalecimento das iniciativas de mulheres no nível local, visibilização dos efeitos do conflito armado na vida das mulheres, proteção das mulheres contra violações de direitos humanos e de direito internacional humanitário são propostas coerentes com a ação e a razão de existir da Ruta. Portanto, parece uma pergunta importante que se coloca a não

¹⁸² Em entrevista realizada em agosto de 2007.

utilização do documento internacional como instrumento de referência e legitimação das propostas da Ruta para a superação da violência contra as mulheres na Colômbia:

Validamos a Resolução 1325 das Nações Unidas no sentido de que as mulheres estejam presentes nos processos de tomada de decisão para a negociação da resolução do conflito armado. Mas acreditamos que não basta estar sentada na mesa de negociação; é preciso verificar que condições são postas para que se negocie. Por exemplo, não participamos das negociações do processo iniciado pelo governo Uribe com a Lei de Justiça e Paz. Acreditamos que essa lei tinha como clara intenção legalizar o paramilitarismo; limpar a honra dos paramilitares. Essa lei alcançou elevar o nível de impunidade no país. Por isso não aceitamos participar da Comissão de Reconciliação e Reparação porque não é uma comissão da verdade; é uma comissão intergovernamental, nomeada pelo governo Uribe. Nós na Ruta defendemos incondicionalmente a verdade, a justiça, a reparação e a não repetição. Isso não é o que propõe a lei de Justiça e Paz. Em contrapartida, estamos participando o processo de diálogo com o ELN, em Havana, que tem muito pouca visibilidade porque não interessa ao governo/exército (González, 2007)¹⁸³.

Assim, o que se entende da proposta da Ruta é que não obstante os compromissos que o Estado colombiano ou que a ONU realizem em favor da segurança das mulheres, o processo constitutivo dessas instituições é reprodutor do militarismo como ideologia política. Assim, a capacidade de transformação das relações violentas pela interlocução com essas agências é limitada. O que a Ruta coloca em xeque é a ambigüidade discursiva das instituições políticas e dos seus mitos de emancipação e realização coletiva. “Por ello tal vez lo más importante es que la Ruta ha marcado un hito y una ruptura con el discurso ambiguo en temas de género y en el caso de las armas. La Ruta Pacífica se opone al armamentismo y a la guerra por principio ético, en consecuencia con una concepción humanista y radicalmente democrática de la vida” (Ruta Pacífica de Mujeres, jun. 2003, p.63). Para a Ruta, o compromisso com a não violência e o antimilitarismo deve ser incondicional e não suscetível a contingências políticas. Nesse contexto, rejeita assumir uma posição na estrutura social tal como ela está estabelecida, reclamando sua autonomia de ação e pensamento enquanto organização de mulheres pela paz.

A Ruta reafirma em sua análise os fatores estruturais da constituição do espaço político colombiano por relações violentas, que historicamente

¹⁸³Em entrevista realizada em agosto de 2007.

impediram a construção coletiva de um projeto de nação e democracia: exclusão social, perda de confiança nas instituições e governantes, desigualdade de recursos, dependência econômica, fragmentação e desarticulação da sociedade, flutuação e instabilidade dos processos sociais, debilidade do sistema de justiça, impunidade generalizada, clientelismo e corrupção administrativa (Sánchez G., 2006, p.17). Entretanto, a contribuição principal da Ruta é a análise dos fundamentos culturais do militarismo, ideologia que perpassa as possibilidades de realização política da Colômbia. Para a Ruta, para além dos estereótipos de paz tradicionalmente associados ao feminino, uma reflexão sobre a relação entre militarização e patriarcado é fundamental no processo de construir relações políticas que não necessariamente se traduzam na dominação de uns sobre outros:

Militarización y patriarcado son mutuamente dependientes. La una alimenta al otro y viceversa, en ambos existe una misma lógica aplicada a la relación entre varones y mujeres en un caso, y a la relación entre personas en una sociedad o entre pueblos. Esta misma lógica se aplica en el control de unos sobre otras, el ejercicio del poder excluyente o la dominación como obtención de recursos o privilegios. El principio es la dominación y el control, de ahí su interrelación (...). La militarización de una sociedad deja las mujeres con menos capacidad de controlar sus vidas, y favorece la sensación de superioridad masculina tan afecta al patriarcado. Desestructurar los fundamentos de la cultura patriarcal pasa por buscar la superación del fenómeno militar en nuestras sociedades. Este es uno de los desafíos planteados por la Ruta Pacífica y el Movimiento de Mujeres contra la Guerra (Sánchez G., 2007, p.56).

Por reconhecer que a guerra não é um fato político, mas uma construção histórica reproduzida por discursos e atitudes cotidianas, a Ruta privilegia em suas ações o questionamento dos mitos e narrativas de naturalização da guerra. Para isso, centra-se nas relações estabelecidas entre homens e mulheres no contexto de guerra. Uma das razões de existir da “Ruta Pacífica de Mujeres” é a elaboração de marcos teóricos que possam reconstruir os significados associados ao conflito político. Ou seja, um objetivo primordial da Ruta é reinterpretar o conceito e os fundamentos da guerra de forma a contribuir para a construção novas relações sociais que rompam com o histórico círculo vicioso da reprodução da violência:

La Ruta propone, aún en forma tímida, cambiar el conflicto como un hecho destructivo por un conflicto relacional, es decir, transformar las relaciones de dominación y subordinación en las que la fuerza es el instrumento por

naturaleza, y constituir la política como un proceso de negociación; la política como una brecha de libertad ante los mecanismos ciegos del poder/carencia de poder, obstaculizando el paso de la guerra para hacer sitio a los conflictos políticos y a la negociación política como alternativa para la construcción de una sociedad más humana y libre (Sánchez G., 2006, p.67).

A idéia de que as mulheres têm algo a dizer sobre o efeito da guerra em suas vidas se traduz nos slogans utilizados pela Ruta: “nem guerra que nos mate, nem paz que nos oprima”; “o corpo das mulheres não é arma de guerra”; “nós não parimos filhas e filhos para a guerra” (www.rutapacifica.org.co). Tais frases refletem a visão de que um dos caminhos de desconstrução da cultura da violência é a não submissão das mulheres à posição de “almas belas” a partir da qual a guerra se justifica e se reproduz. A independência simbólica das mulheres em relação aos pensamentos e atitudes que sustentam a guerra é uma estratégia de emancipação dos mecanismos de naturalização da violência. “Las armas y el militarismo, más que robarse la palabra, la han situado lejos del cuerpo no permitiendo nombrar el dolor, los traumas y las razones políticas y económicas de la guerra” (Sánchez G., 2006, p.70).

A ênfase da Ruta nos símbolos, mitos e discursos que constituem as relações sociais violentas não implica em desconsiderar os efeitos da guerra nos corpos das mulheres e dos homens. Os signos que compõem a guerra pressupõem uma relação de mútua constituição entre significados (idéias) e significantes (espaços materiais de realização dessas idéias). Ou seja, a militarização enquanto concepção teórico-abstrata somente se realiza na instrumentalização dos corpos masculinos e femininos. Nesse contexto, o corpo das mulheres pode ser tomado como ponto de partida para problematizar as formas de realização do poder masculino. O corpo não é um lugar definido e acabado, mas um espaço de realização de múltiplos significados. Portanto, o corpo comporta informações geográficas, sexuais, raciais, que interagem na constituição das relações sociais. A Ruta, assim, pretende mostrar como as violências do conflito armado colombiano impacta de maneira diferenciada em alguns corpos específicos, que comportam marcas sexuais, étnicas e geográficas particulares.

Uma outra aposta da “Ruta Pacífica de Mujeres” é questionar o medo gerado pelas múltiplas violências às quais estão expostas as mulheres no contexto do conflito armado. Para a Ruta, o silêncio e o medo podem exercer

um efeito alienante nas novas gerações, que percebem a morte prematura e a restrição de liberdade como uma extensão da identidade do seu grupo, como fatos banais da realidade juvenil. Por isso, resgatar a memória coletiva sobre as violências é uma estratégia fundamental no processo de transformação das relações sociais violentas. Rodas de conversa, contação de histórias, fotografia, música e teatro remetem a alternativas simbólicas aos efeitos diretos da violência a que estão expostas as mulheres no contexto de guerra. As memórias comuns são produtoras de um vínculo solidário, de uma forma coletiva de vivenciar o luto, que gera um processo de reflexão sobre a perda e a violência. O medo é minimizado coletivamente a partir da memória das experiências violentas, bem como pela exaltação simbólica de permanência na vida da comunidade (Alcalá, 2000, p.25).

A “Ruta Pacífica de Mujeres”, portanto, tem por objetivo contribuir para construção de uma ética da não violência, redefinindo os símbolos e linguagens que dominam o espaço político colombiano. A Ruta reconhece que a guerra se alimenta da violação dos corpos das mulheres e que a participação feminina ainda é marginal no processo de negociação do conflito. Todavia, vai além dessa agenda, declarando a necessidade de mudar a forma de agir, pensar, desejar e viver de mulheres e homens colombianos. Ou seja, visibilizar a violência de gênero e fortalecer as mulheres são fundamentais estratégias em um contexto de conflito armado, mas a transformação do conflito violento passa principalmente pelo questionamento de práticas e narrativas que legitimam a violência como resposta ao conflito político.

A capacidade de problematizar a invisibilização das mulheres nos discursos e práticas de segurança, tanto como vítimas quanto como agentes, foi ilustrada aqui pela qualidade das propostas da Resolução 1325 e das duas organizações de mulheres colombianas estudadas. Entretanto, a nosso ver, tal avanço importante e concreto não esgota a tarefa de transformar a dimensão de gênero da cultura da violência. Dessa forma, nos parece fundamental perguntar sobre os limites que encontram as iniciativas das mulheres pela paz para reformular os papéis de gênero que constituem os discursos e práticas de guerra, especialmente os mitos do poder e da proteção. É esse caminho que nos propomos a tomar no próximo capítulo.